

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WILLIAM CÉSAR REGUEIRA DA SILVA

A Atuação da Política Externa Brasileira no Atlântico Sul (2003-2010):
Interesses, conflitos e cooperação com a África.

RECIFE
2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WILLIAM CÉSAR REGUEIRA DA SILVA

A Atuação da Política Externa Brasileira no Atlântico Sul (2003-2010):
Interesses, conflitos e cooperação com a África.

Projeto de Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso
Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito
básico para a conclusão do Curso de Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva

RECIFE

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S586a Silva, William César Regueira da.
A atuação da política externa brasileira no Atlântico Sul (2003-2010): interesses, conflitos e cooperação com a África / William César Regueira da Silva. – Recife, 2019.
54 f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Joyce Helena Ferreira da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Cooperação. 2. Brasil. 3. África. 4. China. 5. Lula. 6. Atlântico Sul. I. Silva, Joyce Helena Ferreira da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-426)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WILLIAM CÉSAR REGUEIRA DA SILVA

A Atuação da Política Externa Brasileira no Atlântico Sul (2003-2010):
Interesses, conflitos e cooperação com a África.

Aprovada em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva
(Faculdade Damas)

Examinador: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis
(Faculdade Damas)

Examinador: Prof. Dr. Pedro Soares
(Faculdade Damas)

RECIFE

2019

Agradecimentos

Aos meus pais, Simone e Geraldo, por todo o cuidado que tiveram em minha educação durante toda a vida, me dando a base necessária de nunca ter dificuldades, além das que todos os cidadãos brasileiros tiveram nos últimos anos. Moldando meu caráter, de mesmo vivendo em um local que não desse condições, mantendo-me em um caminho de ser algo na vida.

Aos meus amigos de faculdade, Caio, Drielle (Ivanilda), Ivo, Marianna, Rafael, Thamyres e Wesley, que juntos, sempre ajudaram uns aos outros, em qualquer momento da vida. Na criação do melhor grupo de estudos que a Faculdade Damas já viu, o G8. Obrigado por estarem sempre juntos nos melhores e piores momentos dessa caminhada. Sempre estarão no meu coração.

Aos meus amigos de pedal e colégio, Ronaldo, Chaprão, Danrley e Anderson (Mambaia), que sempre estiveram juntos comigo nessa caminhada, e, que mesmo distante em alguns momentos, sempre acreditaram em mim.

À Faculdade Damas e todos os professores que tive a oportunidade de conviver, adquirindo conhecimentos que nunca pensei que seria capaz de algum dia conseguir, dar conselhos que ajudaram não só a mim, mas a todos os meus amigos e colegas de classe. E, principalmente para a minha orientadora, Profa. Dra. Joyce Helena, que teve uma paciência incrível e que foi uma pessoa totalmente chave para eu conseguir ter como seguir com o presente trabalho.

Resumo

A importância do Atlântico Sul, principalmente em sua área marítima, vem crescendo constantemente nos últimos anos muito por conta da descoberta das áreas de exploração do pré-sal, como outras descobertas de recursos naturais, o que trouxe disputas territoriais de volta à agenda internacional. Tendo isso em vista, o Brasil por haver uma conexão histórica e cultural com os países da região, principalmente os da costa ocidental do continente africano, e por possuir o maior litoral do Atlântico Sul, busca implementar uma agenda de cooperação, que, conseqüentemente, o daria uma visibilidade internacional maior, dando-o um poder de barganha diante do sistema internacional. Com isso, a importância dessa pesquisa se dá em entender as escolhas feitas pelo Itamaraty em relação aquela área, durante o período do governo do ex-presidente Lula, na qual busca proteger seu ponto estratégico de exploração de materiais fósseis e também local onde o Brasil busca ser influente tanto economicamente quanto politicamente, usando tal local como fonte estratégica de poder. Portanto, se faz necessário entender também a atuação da China no continente africano, com isso, é possível entender quais as maiores dificuldades e principais concorrentes na região, que, em sentido de Cooperação Sul-Sul, seria a China.

Palavras-chave: Cooperação. Brasil. África. China. Lula. Atlântico Sul.

Abstract

The importance of the South Atlantic, especially in its maritime area, has been growing steadily in recent years largely due to the discovery of pre-salt exploration areas, as well as other natural resource discoveries, which brought territorial disputes back to the international agenda. Thereby, Brazil, due to its historical and cultural connection with the countries of the region, especially those of the western coast of the African continent, and for having the largest coast of the South Atlantic, seeks to implement a cooperation agenda, which consequently would give it greater international visibility, giving it a bargaining power vis-à-vis the international system. Thus, the importance of this research is to understand the choices made by Itamaraty in relation to that area, during the period of former President Lula's government, in which it seeks to protect its strategic point of exploration of fossil materials and also where Brazil seeks to be influential both economically and politically, using such a location as a strategic source of power. Therefore, it is also necessary to understand China's role in the African continent, so it is possible to understand what are the biggest difficulties and main competitors in the region, which, in the sense of South-South Cooperation, would be China.

Keywords: Cooperation. Brazil. Africa. China. Lula. South Atlantic.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Balança Comercial China – África (2000-2017).

Gráfico 2 – Balança Comercial Brasil – Atlântico Sul (2003-2010).

Lista de Siglas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

FOCAC – Fórum de Cooperação China – África

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Chinês

PEB – Política Externa Brasileira

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

UA – União Africana

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zonas Econômicas Especiais

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Sumário

Introdução	9
1. Histórico da Política Externa Brasileira	15
1.1 Paradigma Liberal-Conservador	15
1.2 Paradigma do Estado Desenvolvimentista	17
1.3 Paradigma do Estado Normal	19
1.4 Paradigma do Estado Logístico	21
1.5 Brasil - África	22
2. Relações Sino-Africanas	26
2.1 Histórico da Política Externa Chinesa	26
2.1.1 Política Externa Chinesa 1949-1976 – Período Mao Zedong.....	27
2.1.2 Política Externa Chinesa 1976-1997 – Período Deng Xiaoping.....	29
2.2 China-África	31
2.2.1 Histórico China – África	32
2.3 FOCAC	33
3. Brasil e China: Disputa de Interesses na África	37
3.1 A Cooperação Sul-Sul.....	37
3.2 Interesses Econômicos	38
3.2.1 Interesses Econômicos China – África	38
3.2.2 Interesses Econômicos Brasil – África	40
3.3 Interesses Políticos	42
3.3.1 Interesses Políticos China –África	42
3.3.2 Interesses Políticos Brasil – África	43
3.4 Interesses de Segurança	45
3.4.1 Interesses de Segurança China – África	45
3.4.2 Interesses de Segurança Brasil – África	46
4. Considerações Finais	48
5. Referências Bibliográficas	50

Introdução

A importância do Atlântico Sul, principalmente em sua área marítima, vem crescendo constantemente nos últimos anos muito por conta da descoberta das áreas de exploração do pré-sal, como outras descobertas de recursos naturais, o que trouxe disputas territoriais de volta à agenda internacional. Alguns autores chegam mesmo a indicar que o Atlântico Sul se tornará tão importante quanto o Oriente Médio, quanto diz respeito à região exportadora de petróleo (KERR DE OLIVEIRA, 2013; LEITE, 2011).

Tendo isso em vista, o Brasil por haver uma conexão histórica e cultural com os países da região, principalmente os da costa ocidental do continente africano, e por possuir o maior litoral do Atlântico Sul, com quase 7.500 km de costa sul-atlântica e com quase 80% de sua população vivendo na região costeira (WIESEBRON, 2013), busca implementar uma agenda de cooperação, que, conseqüentemente, o daria uma visibilidade internacional maior, dando-o um poder de barganha diante do sistema internacional.

O presente trabalho busca passar por meio desses períodos históricos, informando as formas de cooperação do Brasil com a região, também salientar o principal período de cooperação com a região, que seria o que corresponde aos dois governos do ex-presidente Lula (2003-2010). Para Guimarães, o paradigma logístico seria uma síntese dos paradigmas normal (neoliberal) e desenvolvimentista, que defenderia uma inserção internacional equilibrada, no qual o Brasil reconheceria que está inserido dentro de um sistema mundial capitalista e globalizado, e que o Estado não agiria de forma única para o desenvolvimento, dando brechas para a atuação dos atores privados (GUIMARÃES, 2015).

A política externa do ex-presidente Lula, por muitas vezes referenciada como “ativa e ativa”, termo este criado por seu principal embaixador o Celso Amorim, traz a marca de um ativismo evidenciado pelas diversas viagens e visitas bilaterais do chefe de estado e seu chanceler, no Brasil e no exterior, além das participações em diversos foros relevantes abertos a diplomacia brasileira (ALMEIDA, 2004).

Então, o Atlântico Sul se destaca como plataforma para o estabelecimento de parcerias estratégicas entre os países que banha, mostrando-se decisivo para o desenvolvimento das políticas de cooperação Sul-Sul. Podendo ser acessado por três vias, através do Atlântico Norte, do Pacífico Sul e do Oceano Índico (PEREIRA; BARBOSA, 2012).

Utilizando as relações Sul-Sul, que registrou um crescimento acelerado ao longo do segundo mandato do ex-presidente Lula, utilizada para a abertura de novas frentes

diplomáticas, particularmente, ao nível dos países emergentes, tanto no continente africano quanto no Oriente Médio e Ásia, essa iniciativa foi interpretada como uma estratégia de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

É nesse contexto que o país acabou demonstrando uma nova postura em relação ao Atlântico Sul, assumindo plenamente o fato da grande relevância que a região representa aos interesses estratégicos brasileiros, aproximando-se não apenas dos parceiros históricos, mas também dos países do Ocidente Africano. Que também ajuda o Brasil na construção de uma identidade regional que visa alterar as relações de poder nesse espaço (ABDENUR e SOUZA NETO, 2011).

O presente trabalho então é montado através da análise de obras literárias com relações a política externa brasileira e também por passagens providas de artigos acadêmicos, teses de pós-graduação, periódicos de estudos principalmente aplicados nos estudos das relações do Brasil com a região do Atlântico Sul, com enfoque aos países africanos da região e também países influentes na região, como países europeus e a China.

Com a grande participação internacional durante o governo Lula, é de suma importância estudar a relação entre o Brasil com os países que tem proximidade histórica e geográfica. Também é importante analisar a atuação do Brasil na região em que o país pode ser considerado como um *playermaker* e que tem mais liberdade de atuação e não sofre muita influência dos países maiores, já que essa região não é de suma importância para os mesmos.

Durante o período de 2003-2010, a política externa brasileira retomou o padrão que antes fora utilizado entre 1930-1980, com uma maior participação do Estado no processo de desenvolvimento, como indutor da economia, voltando suas aspirações para o universalismo nas principais questões internacionais. Porém essa maior participação foi feita de forma inovada, defendendo a reforma social, tanto interna quanto externa (MELLO, 2009).

Analisando os períodos e paradigmas que guiou a política externa brasileira, é possível verificar e gerar conceitos dos quais serão importantes para analisar futuras tomadas de decisões da política externa brasileira com a região estudada.

Com isso, a importância dessa pesquisa se dá em entender as escolhas feitas pelo Itamaraty em relação aquela área, na qual busca proteger seu ponto estratégico de exploração de materiais fósseis e também local onde o Brasil busca ser influente tanto economicamente quanto politicamente, usando tal local como fonte estratégica de poder. Portanto, se faz necessário entender também a atuação da China no continente africano, com isso, é possível entender quais as maiores dificuldades e principais concorrentes na região, que, em sentido de

Cooperação Sul-Sul, seria a China.

Também é de suma importância fazer a análise do desenvolvimento da relação do Brasil com o continente africano, e, mais preciso, a região do Atlântico Sul durante o período de tempo delimitado para análise. Buscando analisar juntamente a essa pesquisa a forte penetração de países como a China na região apresentada.

O estado brasileiro usufrui de uma posição altamente estratégica, tanto em seu território terrestre, quanto a sua costa marítima, por conta de seus 7,5 mil km de costa. É uma área estratégica de trocas técnicas e comerciais entre os continentes Africano e da América do Sul.

Sua importância geoeconômica e geoestratégica se faz importante diante de seus recursos naturais e também da virada das relações, de basicamente norte-sul, para as relações sul-sul, durante as crises existentes no sistema internacional. Indubitavelmente, sua importância foi escancarada a partir da crise do Petróleo de 1970, o que fez sua relevância ser redimensionada, impulsionando o debate sobre as fronteiras marítimas delimitadas, e também da exploração de seus recursos naturais.

Durante seu primeiro discurso como atual chefe de governo, o ex-presidente Lula enfatizou a importância de fortalecer laços históricos com o continente africano e a vontade de desenvolver o grande potencial da África. Esse discurso reintroduziu a diplomacia brasileira no continente africano, o que virou uma prioridade no governo do mesmo, tendo em vista que durante os oito anos de mandato, houve 12 missões chefiadas por ele, sempre acompanhado de empresários, e seu ministro, Celso Amorim (PEREIRA e BARBOSA, 2012).

Em 2004, a Marinha do Brasil, que buscava reduzir as dificuldades logísticas e operacionais, propôs um novo espaço estratégico, que foi denominado de “Amazônia Azul”¹. O Brasil buscou também privilegiar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), como um fórum político e diplomático, que perseguia a promoção do desenvolvimento e da cooperação internacional (PENHA, 2015).

Um outro mecanismo de busca da projeção regional e extra regional, existe a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que abrange os países da África que foram colonizados pela Coroa Portuguesa e o Brasil. O que faz o país ter uma “fronteira” harmoniosa com os países que estão do outro lado do Oceano Atlântico.

Uma forte ligação que o Brasil possui é a forte cooperação que o país tem com a

¹ Que seria algo proporcionalmente equivalente, em termos de área, e, de riquezas naturais, à “Amazônia Verde”. (PENHA, 2015).

África do Sul, que é uma grande influência na região do cone sul africano. Tanto em relações comerciais, que envolvem desde o BRICS, como também na cooperação de outras áreas, com a anteriormente informada ZOPACAS. E, por não haver desenvolvido uma política marítima que reflita a importância geopolítica que a África do Sul tenha, o Brasil, observando essa limitação, enxerga o país como uma das plataformas mais promissoras de cooperação e colaboração militar.

Durante o período do primeiro mandato do ex-presidente Lula, no qual ele buscou uma aproximação com o continente africano, outro *global player* também buscou investir na localidade, a China. A China teve um grande fluxo comercial entre 2000-2005, que basicamente triplicaram em um ritmo bem acelerado.

Os investimentos da China na Região, conforme Júnior (2011) indica, são mencionados no estudo feito pelo Banco Mundial em 2008², que aponta que além da área de atuação de recursos fósseis, como o petróleo, a China investiu no continente africano em áreas de energia, infraestrutura, como estradas e ferrovias, como também em utilidades públicas, como hospitais, edificações de governos, estádios, etc.

Com isso, a China penetra no continente africano não apenas nas questões econômicas e de infraestrutura e econômica, o país consegue também discernir fatores políticos, buscando apoio dos países da região em fóruns multilaterais, como também em aspectos da segurança afim de proteger seus interesses comerciais e políticos e, por fim, por fatores ideológicos (

Compreendendo a necessidade de se pesquisar esses temas, e levando em conta a conjuntura anteriormente abordada, é possível destacar alguns questionamentos que guiará a pesquisa e que fomenta a problematização: *Como o Brasil se manteve como um forte ator na região do Atlântico Sul, mesmo sofrendo entradas de países centrais e da China que estão em busca das riquezas que o local tem?*

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a perspectiva brasileira em busca de cooperação com os países da Costa Ocidental africana em busca de uma hegemonia regional no Atlântico Sul, analisando a estratégia da política africana do governo Lula e as dificuldades de sua inserção por conflitos políticos e econômicos com outros países interessados na mesma região, tendo seu principal conflitante sendo a China.

Tem como objetivos também analisar a política externa brasileira mediante articulação com os países da Costa Ocidental Africana; verificar a consolidação do Brasil como país importante para a cooperação da região do Atlântico Sul; e, analisar conflitos de interesses do

² O estudo está exposto no livro “*Building Bridges: China’s Growing Role as Infrastructure Financier for Africa*, 2009”, disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2614>

Brasil com países centrais e a China na região estudada.

Para se fazer uma melhor análise do presente trabalho, é necessário tomar em análise os aspectos da cooperação Sul-Sul, apenas com esse diálogo, é possível verificar a tomada de atitude do Brasil com a região abordada. Na qual, o país tenta demonstrar sua hegemonia, tanto de uma forma comercial, buscando se desenvolver e com isso, conquistar mercados, quanto na área de segurança, demonstrando uma outra face do poder brasileiro.

Para Visentini (2010), o Brasil se aproximou do continente africano por conta de seu alinhamento aos objetivos nacionais com ênfase nas relações Sul-Sul, além da defesa da multipolaridade. Com isso, a estratégia de inserção internacional, faz se importante a cooperação Brasil-África, pois com isso é possível o alargamento da significação internacional para o Brasil no balanço de poder mundial (VISENTINI, 2010).

Com isso, a partir do governo Lula, a reaproximação de relações diplomáticas com a África, foi refletida na intensificação das relações políticas, econômicas, sociais e diplomáticas. Mesmo apresentando dificuldades e desafios sociais e institucionais, a África representa um amplo espaço estratégico com articulações, político, econômico e diplomático, que se viabilizam por vias de mercados consumidores e recursos energéticos (PAGLIARINI, C.; FILIPPI, E.; GEIGER, L, 2018).

Desta forma, ressalta-se a importância da manutenção de uma força de influência na região, já que com essa fonte de poder, o Brasil pode se afirmar com um dos Estados fortes entre aqueles considerados como países em desenvolvimento, o que gera uma forte margem de manobra para cooperações tanto num aspecto regional, como em um aspecto internacional.

A metodologia adotada para este trabalho é caracterizada de forma que, no desenvolvimento de seu objetivo, possui uma pesquisa a nível descritivo, pois busca analisar, registrar e interpretar dados e elementos relacionados ao objeto de estudo. Quanto ao método, será utilizado uma abordagem quantitativa, por meio de análise de conteúdos como, periódicos, artigos, discursos proferidos pelo então Presidente da República do período indicado Luiz Inácio Lula da Silva.

O método quali-quantitativo é caracterizado em algumas etapas que correspondem ao processo, como a pré-análise de dados, separando, organizando e operacionalizando as ideias iniciais para o estudo; após isso, têm-se a exploração do material, que nos diz respeito a administração das informações coletadas e organizadas; e, o tratamento e interpretação dos dados e resultados, no qual é previsto a formulação de inferências. Foi o método mais adequado para justificar os argumentos presentes no trabalho, que são baseados em dados

econômicos, análise de cooperações políticas e também no âmbito da segurança.

Portanto, foi delimitado o espaço de tempo entre 2003 e 2010, que compreende aos mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Que foi caracterizado como um momento de importância para o país, que investiu fortemente na expansão das relações com outros Estados, ampliando a participação em foros internacionais, na negociação de novas condições de comércio e inserindo diferentes contextos sociais.

Os materiais utilizados são artigos científicos e livros que correspondem a área das relações internacionais e ciência política. Conforme proposição anterior, os materiais escolhidos serão analisados, separados, organizados e operacionalizados, buscando elaborar uma ficha de análise profunda e, com isso, ser capaz de gerar inferências e dados a partir dos mesmos, afim de gerar uma nova abordagem no que diz respeito ao tema abordado e sua importância no âmbito das relações internacionais.

Desta forma, no primeiro capítulo é apresentado um pouco mais da formação da política externa brasileira, a qual passou por diversos paradigmas que pautaram a atuação do Brasil no exterior. Nesse contexto, é analisado os períodos de distanciamento e aproximação do Brasil com o continente africano, e, de certa forma mais destacada para a região do Atlântico Sul.

No segundo capítulo é apresentado o principal concorrente de influência do Brasil na região, a China. Nele, é feita a análise de formação da política externa chinesa, baseando a mesma em dois períodos essenciais desde o século XX e da revolução cultural, são eles o período Mao e Xiaoping. Também é apresentado as formas de institucionalização da China em sua forma de cooperação com o continente africano, que em sua grande parte, foi realizado pela FOAC.

E, por fim, no terceiro capítulo é feita uma análise comparativa das formas de atuação do Brasil e China com o continente africano, no qual é dividido em três aspectos: econômico, político e de segurança, dando ênfase na região do Atlântico Sul, que foi principal campo de atuação da política externa brasileira, frente a atuação da China no continente africano, devido a sua proximidade cultural e geográfica.

1. Histórico da Política Externa Brasileira

A política externa brasileira, em sua análise histórica, pode ser dividida em diversos momentos e paradigmas. E, para entendermos a relação de momentos de aproximação e distanciamento do Brasil com o continente africano, é necessário fazer uma análise desses períodos e paradigmas para entendermos a relação que o país e sua política externa tinham com o sistema internacional.

Dessa forma:

As relações internacionais do Brasil deram origem a quatro paradigmas: o liberal-conservador, que se estende do século XIX a 1930, o Estado desenvolvimentista, entre 1930 e 1989, o Estado normal e o Estado logístico, sendo que os três últimos coexistem e integram o modelo brasileiro de relações internacionais, de 1990 a nossos dias (CERVO, 2003).

Com isso, para poder-se analisar de forma correta, e, elaborar conceitos claros, deve-se passar por todas as épocas e paradigmas citados. Pois, os países sempre incluem suas políticas exteriores e seu modelo de inserção internacional dentro de paradigmas, principalmente o Brasil, que baseou parte de suas políticas externa e interna, baseada nesses preceitos.

Devemos também, além da análise paradigmática e seus períodos, com isso, fazer a contextualização da inserção da política africana durante esses períodos de análise da política externa brasileira, pois, a mesma é a principal análise que devemos fazer neste texto. Durante o período principal de estudo, compreendido entre o período de governo do ex-presidente Lula, busca uma abordagem mesclada entre os paradigmas do estado desenvolvimentista e do estado logístico, dando ênfase nesse segundo aspecto.

1.1 Paradigma Liberal-Conservador

Esse paradigma tem início em meados do século XIX e perdura até mais ou menos 1930. Ele foi implementado pelos países da América Latina após a consolidação de um sistema internacional, que indicava valores, princípios e interesses europeus. Expandindo-se em um forte instrumento de interesses das potências capitalistas europeias.

Os ingleses utilizavam a questão da luta contra o tráfico humano como forma de controlar as rotas no atlântico, construindo um monopólio comercial que firmavam seu poder (COSTA e SILVA, 1994). Os europeus delimitaram a periferia do capitalismo para as regiões da América Latina, continente asiático e ao continente africano. Esses locais tinham que

seguir o modo de comércio, organizações de produção, e, criar instituições, tanto políticas como sociais (CERVO, 2003).

Principal modelo de relações internacionais suplantados pelos europeus era a política de portas abertas, ou seja, a periferia devia abrir seus mercados aos manufaturados europeus e tinha sua produção voltada para as atividades primárias. Então, os países europeus apenas aceitavam o livre comércio quando tinham vantagens comparativas, como tecnologia, conhecimento e organização empresarial (CERVO, 2003).

Essa forma de imposição, em âmbito interno, fez com que os tratados firmados apenas beneficiassem uma parte da população brasileira (agricultores e exportadores de materiais primários), fazendo com que o Brasil cedesse o mercado de manufaturados, o que bloqueou uma modernização capitalista internamente.

A parte conservadora desse paradigma apenas explica o descaso com o processo de industrialização dos anos de 1840. A submissão e soberania davam o tema a política externa e o modelo de inserção internacional do país na atuação deste paradigma, com uma inclinação para a esfera econômica.

Neste período, os liberais-conservadores brasileiros dividam o interesse nacional, conceituando em uma sociedade simples, era composto na divisão de duas partes, sendo elas os grandes proprietários das terras e donos de poder, e o resto da sociedade, sendo eles qualquer pessoa fora daqueles dois primeiros grupos (CERVO, 2003).

A política exterior brasileira tem sua essência da sua funcionalidade pela diplomacia da agro exportação. Com isso, podemos entender ao sistema que o Brasil se submeteu durante um pouco mais de um século, com exportações primárias e importações de manufaturas/produtos industriais, tendo basicamente um de seus principais parceiros a Inglaterra, que tinha o Brasil como um de seus principais escoadores de mercadorias.

As heranças na formação nacional são visíveis após os fatos apresentados, que geraram algumas ilhas urbanas de consumo e fazendas interioranas com atraso econômico da nação. Esse conceito seria trazido de volta pelos estudiosos da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe)³, como uma dependência centro-periferia, que alimentava ao mesmo tempo o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

³ A Cepal é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com outras nações do mundo. Para mais informações acessar: <https://www.cepal.org/pt-br>.

1.2 Paradigma do Estado Desenvolvimentista

Durante os anos de 1930 e 1989, contextualizados durante o fim da grande depressão, entre o clima entre guerras, a América Latina revelou-se com um grande dinamismo econômico que trouxe alguns países para o contexto mundial moderno como Argentina, Brasil e México (CERVO, 2003).

Os primeiros anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, acarretaram numa forte expansão do PIB e de pressões inflacionárias. O Brasil teve a sua taxa de investimento média também tendo aumento, o que indicava o avanço da industrialização e de investimentos públicos na área de infraestrutura. Também teve as importações e exportações crescendo em taxas médias anuais durante o governo Dutra durante 1951-1955, mesmo tendo queda nas receitas de café e com os avanços no processo de substituição de importações (HERMANN et al, 2011).

Neste período haviam os elementos internos e externos que serviam como impactos para a transformação do país. Cervo traz que os elementos externos que serviam para transformação do país eram:

[...] a queda de importações e exportações devida à crise econômica dos anos 1930, a disputa pelo mercado e pelo sistema produtivo da parte das potências capitalistas, a divisão do mundo em blocos e a política norte-americana de boa vizinhança de Franklin D. Roosevelt (CERVO,2003).

Já os elementos internos, Cervo traz como:

Os impulsos internos advinham especialmente dos que criticavam a dependência e o atraso histórico e das demandas de uma sociedade que se havia transformado. Massas urbanas a requerer emprego e renda, burguesia nacional ávida por oportunidades de negócios, militares a procura de meios com que prover a segurança, intelectuais e políticos de mentalidade revolucionária (CERVO, 2003).

Com essa divisão do mundo em blocos, os países da América Latina perceberam uma nova oportunidade para uma nova inserção internacional, o que gerou este novo paradigma. Os comandantes desses países rompem com a diplomacia da agro exportação e dão uma nova preferência ao Estado, que tinha o apoio do pensamento diplomático, da opinião popular e imprensa.

Essa mudança paradigmática tem um teor latino-americano. Nos quais os mesmos introduziram alguns componentes teóricos nesse novo modelo de inserção internacional, como:

[...] a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências (CERVO, 2003).

Esse paradigma, em sua construção, apresentou um perfil caracterizado por três componentes que seriam em sua primeira parte a consciência da transição, seguido pelo desenvolvimento como vetor da política exterior e, por último, um realismo de conduta. Nessa construção, foi conferido ao setor externo uma nova funcionalidade, que inventou o modelo de inserção internacional desse paradigma sendo constituído por a realização de interesses de uma sociedade complexa, a concepção de desenvolvimento como expansão da indústria, e, o provimento de eficiência a política exterior mediante autonomia de decisão, com cooperação externa, tendo sua política exterior flexível e não doutrinária, com a subordinação da política de segurança, da guerra e da paz, aos fins econômicos e, com a negociação simultânea com os seus vizinhos (CERVO, 2003).

Este paradigma, em sua evolução, foi sendo aperfeiçoado nas décadas seguintes a Segunda Guerra Mundial, que integrava o modelo de inserção internacional, integrando a opinião pública, a vida política e os estudos socioeconômicos entre os anos de 1950 e 1980. Esse grupo cresceu após o desenvolvimento do pensamento da Cepal, que elaborou esse pensamento baseado nas políticas adotadas por Getúlio Vargas, que estaria basicamente atrelada à estratégia de conduzir-se por vantagens comparativas naturais ou intangíveis (CERVO, 2003).

O que diz respeito a variável política, a mesma era voltada para a superação da assimetria capitalista pela promoção do desenvolvimento e ela pressupunha a autonomia de decisões sem nada alcança-la deste modo. E, por muito tempo essa ideia desenvolvimentista era de forma unânime no Brasil, porém, não em seu entendimento político. Com isso, gerou duas estratégias, a primeira tinha o desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo, com vínculos políticos, geopolíticos e econômicos com a matriz do sistema. A segunda estratégia era a de obter o desenvolvimento autônomo, focado fielmente pelas forças da nação em si. Esses dois tipos de viés deram origem a um diálogo de desenvolvimento misto, hora aberto, hora fechado, sendo utilizado em doses equilibradas.

Durante a Era Vargas, o Brasil lidava com um conceito de interesse nacional múltiplo, que cabia a diplomacia, igualar os interesses das camadas sociais que o Vargas queria atender,

sendo eles empresários, agricultores, industrialistas, camponeses, militares, operários e etc., esses interesses muitas vezes colidiam, o que dava uma importância maior as relações exteriores em busca de um equilíbrio buscando o destino da nação. Com isso, o desenvolvimento buscava balancear a funcionalidade do Estado.

Com isso, a política exterior buscou basear-se em basicamente duas variáveis, sendo elas a industrialização e o crescimento econômico. A sua industrialização buscava preencher as demandas da sociedade complexa, indicando o conjunto em direção à modernidade do capitalismo, com isso, houve o elevado ritmo de crescimento econômico que estava em busca da recuperação ao atraso histórico. Portanto, a política externa brasileira buscava forma de apoiar esses dois aspectos, sempre perseguindo apoios em capitais complementares de poupança, ciência e tecnologia e, mercados externos, transitando das substituições de importações e exportações (CERVO, 2003).

Então, o paradigma desenvolvimentista teve influência sobre a formação nacional no que diz respeito na natureza a romper o modelo de dependência acoplada de centro-periferia, no pensamento cunhado pela Cepal. Mantendo-se por décadas conduzindo o país para uma outra fase da história, que perdurou durante 60 anos.

1.3 Paradigma do Estado Normal

O paradigma do Estado normal teve sua ruptura com a convergência regional entre os países e teve sua origem não apenas como uma miragem da globalização benigna e fruto de recomendações do centro do capitalismo, mas, teve uma vertente latino-americano que sobreviveu à prevalência do estruturalismo cepalino e iniciou-se no fim do século XX.

Com a região da América Latina, o Brasil nesse contexto, contendo uma visão de vulnerabilidade, mais a associação de isolamento pós-bipolaridade, impulsionaram um realinhamento ao norte global, com isso, abrindo espaço para a subordinação (PECEQUILO, 2013).

O mesmo buscava superar presidentes neoliberais eleitos nos principais países da América Latina durante os anos de 1989-1990. Esses detentores de poder iniciaram uma guerra contra a estratégia de indução do desenvolvimento pela via das políticas do Estado, operando uma redução da funcionalidade do Estado. Essa estratégia gerou a corrente do pensamento monetarista, que adaptava o pensamento, formando a doutrina do regionalismo aberto, que era uma versão mais voltada para o neoliberalismo do que o atual estruturalismo

desenvolvimentista (CERVO, 2003).

O Brasil demorou para entrar nessa onda neoliberal, pois, o mesmo conseguiu bons frutos com a estratégia desenvolvimentista, o que o tornou na oitava economia mundial, com um tecnológico parque industrial e com uma agricultura competitiva, porém, observando seus vizinhos latino-americanos, o governo teve a inclinação para aceitar essa tendência atual.

As razões externas são constituintes pesados na formação do paradigma do Estado normal. Após o endividamento latino-americano devido as altas das taxas de juros de Ronald Reagan, a busca desenfreada por recursos externos abriu portas para alguns comandos, como o Consenso de Washington⁴, o que gerou a abertura de mercados de consumo, abertura dos mercados de valores, a abertura do sistema produtivo e de serviços, buscando eliminar a atuação do Estado (CERVO, 2003).

No Brasil, este paradigma foi produzido nas práticas do atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, que tinha seu conceito de mudança, transformando o padrão de conduta do Estado. Os neoliberais que surgiram nesta época sugeriam um choque de mercado para reanimar o capitalismo que vinha perdendo força durante a época da Guerra Fria.

Com isso, para entender o surgimento deste paradigma, deve-se entender que houve a adoção da abertura econômica, sacrificando a autonomia decisória aos comandos do centro capitalista, porque vinham do império do mercado. O que cortava duas ideias do paradigma desenvolvimentista, que eram as ideias de interesse nacional e de projeto nacional de desenvolvimento. Sendo essas duas ideias dando passagem a globalização, pelo ordenamento multilateral das relações internacionais por meio de uma governança global (CERVO, 2003).

As relações comerciais desse período deram fim as estratégias adotadas por durante 60 anos durante a adoção do paradigma desenvolvimentista. Houve a abertura do mercado financeiro e dos bancos, que garantiam o livre fluxo de capitais especulativos.

Com essa transformação, houveram impactos do Estado normal para formação nacional, que seriam percebidos de três maneiras:

[...] Empresários brasileiros do setor público e privado, acomodados que andavam ao abrigo de um protecionismo exacerbado a que havia conduzido o paradigma anterior. [...] foram forçados a modernizar suas plantas e métodos. A resposta foi positiva e, desse modo, o choque da abertura contribuiu para elevar a produtividade sistêmica da economia brasileira e galgar mais um degrau rumo à modernização. Os impactos negativos verificaram-se, por um lado, com o aprofundamento de dependências estruturais e, por outro, com o regresso histórico. Dando razão aos estruturalistas latino americanos,

⁴ “Essa lista continha um conjunto de medidas que visavam assegurar a disciplina fiscal e promover ampla liberalização comercial e financeira, além da forte redução do papel do Estado na economia (HERMANN et al, 2011).”

que assentavam planos de ação sobre objetivos de longo prazo, os normais, com seus *choques de mercado*, fizeram ressurgir dependências que os primeiros haviam identificado e combatido. (CERVO, 2003).

Portanto, este paradigma foi o caminho aberto pela inteligência latino-americana nos anos de 1990. Que era revelado em três essenciais parâmetros, sendo eles a subserviência política, o regresso do ponto de vista estrutural e histórico e a destruição da esfera econômica. Porém, sempre atuando, durante o período Cardoso, concomitante com o Estado desenvolvimentista.

1.4 Paradigma do Estado Logístico

Durante o fim do governo de FHC, houve um ensaio da introdução do paradigma logístico, e, pode ser visto essa introdução por três maneiras, a primeira por conta do experiências neoliberais latino-americanas, que estavam em curso desde o início dos anos de 1990, esse tipo de governo foi derrubado após a passagem do milênio por parte da opinião pública. A segunda forma de perceber era a forma como os dirigentes brasileiros viam que os seus parceiros do centro não estavam de acordo ou não aplicavam as gestões públicas do jeito que mandavam para a periferia latino-americana. O terceiro modo para introdução deste paradigma, era composto pela sobrevivência do pensamento crítico no Brasil e em toda América Latina.

Dois atores, no Brasil, eram importantes nesse pensamento crítico, o próprio Itamaraty, que em sua maioria, era contra o modelo normal que o governo Cardoso adotava, reunindo-se com estudiosos e empresários que deram origem alguns livros que evidenciavam essa crítica ao modelo de paradigma adotado. Como segundo ator importante a crítica, havia os acadêmicos, principalmente da UnB (Universidade de Brasília), que também difundiam múltiplas interpretações, por meio das salas de aula, livros, seminários e etc. (CERVO, 2003).

Estes precursores do pensamento crítico não queriam apenas o retorno do paradigma desenvolvimentista, os mesmos indicavam que para haver uma formação nacional adequada, devia-se transitar entre os paradigmas desenvolvimentista ao logístico e não apenas se utilizara a forma normal da subserviência, regresso e destruição. Portanto, esse pensamento buscava adotar uma ideologia que adotasse o elemento externo (liberalismo) com o elemento interno (desenvolvimento brasileiro).

O desenvolvimento do paradigma logístico tem duas esferas, sendo ela o político e a

ideologia. A esfera da ideologia, anteriormente apresentado, buscava adotar uma concepção de mescla entre os paradigmas para a geração de um paradigma capaz de atender todas as esferas possíveis e com a estratégia necessária, sem ter que apenas adotar uma e segui-la fielmente. E, na esfera política, recuperou-se a autonomia de decisão, e adentrou pelo âmbito da interdependência, que implementava um modelo de decisão na inserção autônoma. Buscava superar assimetrias entre as nações, tentando aumentar o panorama nacional ao nível do centro global.

É diferenciado do paradigma desenvolvimentista por não haver uma atuação tão forte do Estado, dando uma responsabilidade maior à sociedade, tendo sua atuação apenas para manter a estabilidade econômica e na defesa dos interesses da sociedade, levando em consideração que os mesmos não poderiam ser entregues às margens das leis do mercado. Com isso, a política externa era voltada para a realização de interesses nacionais, sendo eles de diversos grupos como agricultores, operários, empresários e consumidores.

Eles julgavam necessário a introdução de métodos de equilíbrio com a interdependência global, para que houvesse uma transição entre a dependência estrutural e dependência real.

Na área econômica internacional, este paradigma estava designado a remover os problemas operacionais descendentes do liberalismo exacerbado anteriormente aplicado, por meio da redução da dependência tecnológica e financeira através da inovação produtiva e o abandono da condição de dependente das finanças internacionais.

Com essa transformação, o Brasil obteve uma modernização na área financeira, o concedeu ao país um grau de investimento maior que em anos anteriores, o que seria a coroação dessa estratégia (HERMANN et al, 2011).

Portanto, neste paradigma, criaram-se expectativas para a viabilidade de grandes empreendimentos nacionais em diversas áreas. Sonhando com o nivelamento do alto bem-estar social e do desenvolvimento econômico. Com isso, havia o início da internacionalização econômica, em grande parte pela vizinhança do país, afim de ter medidas contra o desequilíbrio internacional (CERVO, 2003).

1.5 Brasil – África

Quando falamos da História brasileira e da africana, temos que relacioná-las quando voltamos até o período de colonização portuguesa, pois, os colonos ocuparam ambos os lados

do Atlântico e utilizaram a exploração de escravos africanos no Brasil. Tendo sua primeira leva de escravos em 1538, essa ligação por tráfico negreiro estendeu-se até meados do Século XIX (MARTINS, 2018). Essa região do Atlântico foi trocada, por ambos os lados, posteriormente a esse período, pela região norte do oceano.

Após a independência brasileira, os ingleses suplantaram uma pressão enorme para o fim do tráfico negreiro, com isso, houve uma expansão colonialista europeia na África, que gerou o afastamento de relações Brasil-África. Com isso, temos o primeiro registro de aproximação e distanciamento dessas localidades.

A reaproximação do continente africano apenas tem retorno durante o governo de Jânio Quadros, por motivos da política externa independente de seu governo, o que fez com que a África tivesse importância para a diplomacia brasileira. O Brasil teve sua posição a favor dos países africanos e pela autodeterminação de seus povos, especialmente das colônias portuguesas (VISENTINI e PEREIRA, 2008).

Porém, essa reaproximação teve um revés com o golpe de 1964, e diante da geopolítica da Guerra Fria. Houve então um resgate do pensamento no que diz respeito à segurança, o que culminou na criação do OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul). Mas, durante o governo Médici, houve uma outra retomada dessa reaproximação, devido ao “milagre econômico”⁵, pois, o país necessitava de mercados para escoamento das mercadorias produzidas e também de matérias-primas baratas, especialmente petróleo.

Com isso, em 1973, devido à crise de Petróleo, houve um aprofundamento maior com relação a essa política africana. Foi aberto seis novas embaixadas na África e o Brasil foi o primeiro a reconhecer o governo de movimento popular de libertação da Angola.

Devido a essa estratégia é trazido que:

Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infraestruturas, importava crescentes quantidades de petróleo. A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas (VISENTINI e PEREIRA, 2008).

Durante o governo de Sarney, apesar das dificuldades econômicas e advindas do sistema internacional, ainda foi mantido um forte laço com a África. O mesmo fez visitas a Cabo Verde, Angola e Moçambique, países que atravessavam momento difíceis devido as

⁵ “O termo “milagre” é justificado por relação de duas estratégias macroeconômicas bem conhecidas, a primeira sendo a relação direta entre crescimento e inflação e a relação inversa entre crescimento econômico e saldo do BP, retratado em diversos modos de macroeconomia aberta que ressaltava o dilema da política econômica entre equilíbrio interno e externo (HERMANN et al, 2011).”

suas guerras civis.

Contudo, durante o período de governo do presidente Collor, e sua adoção ao neoliberalismo, iniciou-se um novo distanciamento do continente africano, pois, tendo como base o contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul)⁶ a África era considerado um lugar secundário para a diplomacia brasileira.

Porém, em 1993, Itamar Franco realizou a reativação da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul)⁷ e, no ano posterior, promoveu um encontro dos chanceleres de países da língua portuguesa em Brasília. Tendo também um papel importante ao apoio, conjunto a ONU (Organização das Nações Unidas), no processo de paz e reconstrução de alguns países africanos. Com isso, para os países do Atlântico Sul, a criação da ZOPACAS serviu para evitar a interiorização de tensões externas, afim de promover as condições para o desenvolvimento da cooperação horizontal entre os países da região (CRISTINA LUÍS, 2016).

Durante o governo de FHC, a atuação da política africana ainda era modesta, porém, com algumas atuações pontuais bem importantes que foram aprofundadas durante o governo Lula. Com isso, desde 1995, o exército brasileiro teve atuação forte em missões de paz da ONU em Angola e em outros países. FHC visitou Angola e África do Sul, e, em 1998, Nelson Mandela veio ao Brasil (VISENTINI e PEREIRA, 2008).

Com o início do governo Lula, já houve uma mudança de chave para a atuação brasileira no continente africano, que, em seu discurso de posse, nomeou a África do Sul entre os grandes em desenvolvimento e também informou que a África seria um ator fundamental da política externa brasileira. Após três meses a sua posse, foi criado o Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), uma das primeiras iniciativas de Cooperação Sul-Sul (VISENTINI e PEREIRA, 2008).

Durante o seu primeiro mandato o ex-presidente Lula realizou quatro viagens à África, visitando quinze diferentes países, teve dez novas embaixadas que foram implantadas e o número de diplomatas foi grandemente ampliado. Passando para 23 países visitados ao fim de seu segundo mandato. Assim, a África acabou se tornando um importante local para a cooperação Sul-Sul, por meio do incremento do comércio bilateral.

⁶ Este grupo é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, que surgiu no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região, que surgiu ao final da década de 1980, que buscava na criação de um mercado comum. Para mais informações acessar: <http://www.mercosul.gov.br/>

⁷ A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foi criada pelas Nações Unidas em 1986, com a intenção de evitar a introdução de armamentos nucleares e outros de destruição em massa na região, assim como também, por meio do multilateralismo, fazer proveito do potencial econômico e social da região. Para mais informações acessar: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/zopacas>

Com isso, a aproximação com o continente africano se mostrou como um importante desdobramento da política externa brasileira desse período. O que demonstrou maior peso para as regiões pouco exploradas e em desenvolvimento, através da legitimação da diplomacia brasileira.

Podemos verificar a importância da região do Atlântico Sul, já que o mesmo serve como uma espécie de plataforma para o estabelecimento de parcerias estratégicas entre os países banhados por esse oceano (PEREIRA, 2012).

Portanto, após analisar os paradigmas que a política externa brasileira passou, é possível também analisar essa formação de aproximação e distanciamento que o Brasil tem com o continente africano, principalmente com os países da região do Atlântico Sul. Desde o paradigma liberal-conservador, que o Brasil se volta para os países centrais, o que determinava um distanciamento do país com o continente africano. Passando pelo paradigma desenvolvimentista, que houve uma aproximação, principalmente voltado ao viés econômico, buscando escoamento de sua produção industrial.

Após desse momento de leve aproximação, há um grande distanciamento durante o paradigma do Estado normal, muito em consideração as ideias de implementação das ideias neoliberais, que davam pouca margem as empresas brasileiras, que perdeu força no fim de sua atuação, levando o surgimento do novo paradigma, o logístico, que era uma mescla entre as ideias desenvolvimentistas e normal, buscando inserir novos aspectos, gerando uma enorme aproximação do Brasil para o continente africano.

Essa mescla de movimentos, em determinados momentos, gera um espaço para atuação de outros atores, que, nesse período determinado de tempo, tem em principais atores na África sendo a China. Que busca sua influência por meio de investimentos em todas as áreas de atuação, algo que dificulta a aproximação de outros países, incluindo o Brasil, por não haver o mesmo aparato técnico, político e econômico que o seu conflitante.

2. Relações Sino-Africanas

Para analisar de forma mais completa a atuação do Brasil no continente africano e, especificamente, na região do Atlântico Sul, devemos verificar a atuação da China – principal ator/concorrente do Brasil no continente – desde seu início durante o século XX até ao período estudado. E, para ser proposto uma análise mais detalhada da política externa chinesa, é necessário entender como a mesma foi se moldando desde a metade do século XX até os dias atuais.

Para tal, devemos passar pelo período de tempo em que foi formado as bases e ideologias do Partido Comunista Chinês (PCC), que são levadas em consideração até os dias de hoje. Os modelos de inserção internacional que a China utilizou e utiliza é baseado no Maoísmo e no modelo de Deng Xiaoping. No qual o primeiro é mais utilizado durante a metade do século XX, o segundo sendo o principal modelo de inserção para o século XXI. E, também é observado por outros autores que não existe descontinuidade entre os dois modelos. Porém, ambos tendo uma continuidade e utilização de diferentes formas, moldando o processo de elaboração da Política Externa Chinesa, passando de uma disputa de ideologias para algo baseado em mais institucionalização e pragmatismo, passando progressivamente do “plano individual para o coletivo, deixando de ser vertical para ser horizontal” (MENDES, 2008).

2.1 Histórico da Política Externa Chinesa

Com uma história que passa por séculos, a sociedade chinesa está através dos anos se moldando como um povo forte e com uma identidade única quando comparado a outras sociedades do Ocidente. E, durante toda essa construção histórica, passando por momentos obscuros e momentos gloriosos, houve a produção de políticas para a inserção do país no sistema internacional.

Durante a revolução de 1949, foi criado as ideologias do Partido Comunista Chinês que são consideradas, em partes, até hoje (JUNIOR, 2013). Para Visentini (2012) a consolidação da China e sua política internacional pode ser dividida em duas partes, a primeira sendo durante o período Mao (1949-1976) que rompeu com a antiga China e promoveu a reforma a uma inserção internacional diferenciada iniciando os passos da China moderna, o segundo período é durante a ascensão ao poder de Deng Xiaoping, com sua visão

reformista na década de 1970.

2.1.1 Política Externa Chinesa 1949-1976 – Período Mao Zedong.

A partir de 1949 foi desenvolvido alguns conceitos fundamentais que são utilizados pelo governo Chinês para sua política externa, são eles os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e o Desenvolvimento Pacífico. De acordo com documentos oficiais do Ministério de Negócios Estrangeiros da China, a política externa utiliza de três princípios que estão presentes no plano de inserção internacional e serve como base para planejamento de táticas e estratégias, são eles a busca pela harmonia, a independência de suas políticas e o fortalecimento da sua soberania como Estado (JUNIOR, 2013). Com isso, a política externa chinesa valoriza o papel da estabilidade social, já que é uma política ligada as questões culturais, históricas e de tradição da sociedade chinesa (WANG, 2013).

Tendo base esses objetivos, há dois conceitos essenciais para inserção internacional do país, o primeiro é “Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” e o segundo é “O Desenvolvimento Pacífico”. De acordo com Wang (2013), a política externa chinesa é um conjunto de tradições históricas com o nacional e internacional, juntamente com o confucionismo⁸.

Com isso, em 1949, após um período em que o regime republicano de Chiang Kai-Shek, o Partido Comunista, para combater esse regime partiu ao interior da China angariando apoio da população camponesa e das classes trabalhadoras, toma o poder dos republicanos, e criam a República Popular da China (RPC) e, em frente a isso estava Mao Zedong, que assumiu o governo em 1949, colocando uma nova forma de pensamento a frente da China (JUNIOR, 2013).

O período em que Mao está em poder, é possível dividir a sua política externa em três momentos, o primeiro com a fundação da RPC e aproximação com a União Soviética, o segundo o Isolamento Chinês e, por fim, a Reaproximação ao Sistema Internacional via Estados Unidos (KISSINGER, 2011).

Este primeiro período diz respeito entre 1949 até começo dos anos 1960 (FENG, 2007). Neste período o Partido Comunista tenta se inserir como principal parceiro de revolução com a União Soviética, com uma política de alinhamento a Moscou, que se

⁸ O Confucionismo, como filosofia para a sociedade chinesa, prega um grande objetivo para relação entre sociedade tanto interna como externa a busca e a construção da harmonia e de relações pacíficas entre os membros da sociedade (JUNIOR, 2013).

consolidou como ponto de troca de informação e construção política e, além disso, grande cooperação técnica. A China segue o modelo de industrialização pesada feito na URSS e recebe comissões técnicas daquele país para a elaboração dos planos de industrialização (Ibidem). E, além disso, tiveram grande cooperação técnica, com a China seguindo modelo de industrialização utilizado na URSS, conseguindo comissões técnicas para elaboração de planos de industrialização. Segundo Visentini (2011b), o principal motivo do afastamento da China do ocidente foi a guerra da Coreia em 1950, a qual teve participação chinesa em defesa de suas divisas, protegendo-se do avanço do ocidente.

O segundo momento de mudança é quando a URSS busca tentar transformar a China em mais um país com o modelo soviético, o que não agradou a Mao, que tinha a visão de transformar a China em um modelo autêntico a uma cópia de outros modelos. Com o aumento desta tensão de China e União Soviética, leva a China a rachar com o bloco soviético, o que dá início a Revolução Cultural⁹ em 1966, que inaugurou o segundo período de gestão do Mao sobre a política externa chinesa (JUNIOR, 2013). Então, durante o afastamento da política externa chinesa, a China teve como seu principal interesse a manutenção da estabilidade do poder político, tendo suas principais ameaças externas os EUA e a URSS, buscando lutar contra isso de maneira militar (principais ameaças em suas fronteiras, com desafios vindo da URSS, EUA/Taiwan, Índia, Vietnã, Japão e Coreia do Sul), e com esforços diplomáticos (WANG, 2013).

Durante o afastamento, houve a reformulação da estratégia de política externa chinesa para um modelo novo, o modelo dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Esses cinco princípios são as diretrizes as quais a China baseou sua reforma do sistema internacional e pautou sua relação com outros países. Essa base trouxe as antigas ideias de Confúcio para uma modernização da política externa, retomando o pensamento clássico da sociedade chinesa. Desta maneira, os Cinco Princípios são: (i) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (ii) não agressão entre os Estados; (iii) não interferência na política interna; (iv) igualdade entre os Estados e benefícios mútuos em seus relacionamentos; e (v) existência dos Estados baseada na paz (ALTEMANI, 2012).

Esses princípios são apresentados como condição fundamental para a política externa chinesa no modo de representação a uma base teórica para promoção do desenvolvimento pacífico. Foi muito importante essa base pacifista pois, como o China é um dos países que tem muitas fronteiras, buscou-se minimizar conflitos e buscar algo de forma mais pacífica

⁹ A Revolução Cultural marcou o início do isolamento chinês, que buscou o reviver o espírito revolucionário chinês, o que fez que a população resgatasse o ímpeto que tomou a China durante 1949 (JUNIOR, 2013).

(JUNIOR, 2013).

Com a reformulação e adoção dos cinco princípios, houve o início da aproximação com os Estados Unidos na década de 1970, pondo fim ao isolamento (JUNIOR, 2013). De acordo com Pecequillo (2011), houve um grande acordo entre China e EUA afim de normalizar suas relações internacionais. Este acordo ficou conhecido como “Comunicado de Xangai”, que implementou que os países iriam normalizar suas relações internacionais, reduzindo então o risco de conflitos militares e comprometendo-os em lutar contra as tentativas de estabelecimento de hegemonias na Ásia, e, colocando a China a ser um importante *player* no sistema internacional (Ibidem).

Diante disto, o período Mao é considerado bastante importante, pois, consolidou o PCC como um importante detentor de direitos políticos e também consolidou a política externa chinesa através de um âmbito revolucionário. Então, sua política externa neste período foi direcionada para a estabilidade política, conter insurreições internas e controlar os embates em seu contorno geográfico.

2.1.2 Política Externa Chinesa 1976-1997 – Período Deng Xiaoping.

Após a morte de Mao Zedong em 1976, assumiu ao posto Deng Xiaoping, que ficou conhecido como principal responsável pelo sucesso e projeção global da China atualmente. Essa transformação veio com a reforma e construção de uma sociedade chinesa altamente industrializada e com o plano de se tornar uma potência. O período de governo de Deng Xiaoping pode ser dividido em três partes. A primeira parte seria o início da modernização chinesa no fim dos anos de 1970. A segunda parte seria Tiananmen e o debate entre modelos em 1989. E por fim, a definição do modelo chinês desde os anos de 1990 e a consolidação do país (JUNIOR, 2013).

No primeiro período de transformação por parte de Xiaoping, Visentini (2011a), coloca que houve quatro modernizações, que foram uma série de mudanças em setores da infraestrutura e economia, com a finalidade de promover a base de um crescimento sustentado por reformas na agricultura, ciência/tecnologia, exército e indústria. Essa transformação utilizou aproximação anterior com os EUA, o que fez que a China começasse a assumir um papel de protagonista na Ásia.

Neste processo de modernização, foi criado áreas específicas para captação de capital e tecnologia exterior, que ficaram conhecidas como as Zonas Econômicas Especiais (ZEE)

(JUNIOR, 2013). Com esse processo, houve o início do conceito de “*open door policy*”¹⁰ e também a construção das reformas militares e econômicas, que dá base a formação atual chinesa (SHAMBAUGH, 2018).

Esta primeira parte de comando de Xiaoping, foi de relativa tranquilidade com relação ao Sistema Internacional, porém, o que estava se desenhando neste momento poria fim a este momento de tranquilidade. Como Pecequillo (2011) indica, com a ascensão de Reagan em 1981, houve um afastamento das políticas de construção de relacionamento dos EUA com a URSS, e, houve uma busca de um forte enfrentamento com a União Soviética. Com isto há o início do segundo período de comando de Xiaoping, o que gerou um desafio de manutenção do modelo chinês de socialismo devido à forte pressão do ocidente frente a este pensamento buscando ganhar a Guerra Fria em 1989.

Por isso, como é observado em Kissinger (2011), 1989 é considerado o ano que definiria o futuro político do Estado chinês. Como já havia uma forte pressão do ocidente em busca do fim do comunismo, começou uma onda de protestos por vários locais. Na China, como parte desse processo de pressão, houve o caso da Revolta da Praça da Paz Celestial em Tiananmen. Estes protestos ocorrem em meio a uma crise econômica decorrente de uma vulnerabilidade tripla: inflação alta, crise fiscal do Estado e elevado déficit externo¹¹. No qual estudantes e intelectuais enfatizavam a importância das reformas políticas, os trabalhadores estavam voltados para os efeitos negativos das reformas econômicas (LYRIO, 2010). Este é o principal momento de desafio para a China desde sua volta para o Sistema Internacional nos anos 1970.

Nesta conjuntura, a China estendeu seu processo de reformas para o político, atendendo as demandas da população por reformas já que se não houvesse seguido este caminho o governo chinês não conseguiria continuar com a modernização (KISSINGER, 2011). Com essa decisão, foi gerado altos custos para as relações internacionais, que gerou um novo embate entre os modelos do capitalismo e socialismo, o que colocou a China num ostracismo político igual ao que Mao enfrentou (JUNIOR, 2013). Conforme indica Visentini (2011b), após 1991, com a queda da URSS, a China virou o alvo comunista no sistema internacional, o que a fez sofrer várias pressões do ocidente, que indicavam a violação dos

¹⁰ “Foi a política de portas abertas para o Sistema Internacional se relacionar com a China, como é observado em KIM, SAMUEL (2008)” (SHAMBAUGH, 2018).

¹¹ Esses problemas macroeconômicos são comuns aos processos de desenvolvimento econômico e que foram o marco para uma nova transformação no modelo de acumulação chinês. Por exemplo, a partir de 1992 a China amplia a participação de capital externo, ainda com restrições, mas o nível de investimento estrangeiro direto começa a ser ampliado.

direitos humanos durante as repressões em Tiananmen, o que gerava uma enorme pressão para a China adotar políticas liberais e abandonar seu modelo. Esse ponto da política externa chinesa demonstrou que o país não iria se basear em um modelo ocidental e sim no seu modelo de governo e, mostrou o quanto os Cinco Princípios são importantes para o pensamento e construção política (KISSINGER, 2011).

O terceiro período da política externa de Xiaoping, têm-se início conforme indica KISSINGER (2011), com as declarações de Xiaoping a partir de 1991, essas declarações são o marco de afastamento de Deng Xiaoping do poder, que deixou seu modelo de construção política como base para seus sucessores. As declarações diziam:

Observe cuidadosamente, assegure nossa posição, lide com os assuntos calmamente, esconda nossas capacidades e tenha paciência: seja bom em manter a discrição, nunca proclame liderança. Tropas inimigas estão além dos muros. São mais fortes que nós. Devemos ficar principalmente na defensiva. (DENG apud KISSINGER, 2011, p.422).

Esta base formulada por Xiaoping foi importante para o fundamento do conceito de Desenvolvimento Pacífico¹², construída de modo mais real durante o governo de Hun Jin Tao (2003-2013), o qual desenvolveu as práticas do reformismo implementadas por Xiaoping (JUNIOR, 2013).

2.2 China – África

Com o entendimento de formação da política externa chinesa, é possível analisar a perspectiva que o país tem e, também, os interesses dos chineses no continente africano. Em grande parte, a China busca investir em infraestrutura, cooperações corporativas, econômicas e construções. É possível relacionar a África como fonte de recursos naturais e oportunidades de mercado para impulsionar o comércio chinês (ALVES, 2019).

Uma parte da literatura situa o interesse da China em basicamente três aspectos, sendo eles políticos, segurança e ideológico. O aspecto político é baseado na busca de apoio dos países africanos em organizações multilaterais, como a ONU; o aspecto de segurança é relacionado a questão da proteção dos interesses comerciais e políticos do país diante dos perigos enfrentados em alguns países da região, e, o aspecto ideológico é ligado à propagação do modelo de desenvolvimento chinês (ALVES, 2019).

¹² Esse desenvolvimento pacífico é baseado na troca de conhecimentos entre os povos, em uma construção política do desenvolvimento independente e aberta para com os demais Estados (OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011).

Em busca do aumento da influência chinesa política e econômica, os mesmos investem/financiam grandes obras de infraestrutura e reestruturação de serviços básicos nos países em que as empresas chinesas fecham acordos, com isso, ampliam o comércio entre esses países (LYRIO, 2010). E, essa atuação chinesa passa desde toda a parte de obras de infraestrutura, investimento em fontes energéticas, mas passam também em programas de bolsas de estudos, cooperação militar, exploração de recursos naturais e mercados consumidores (ALVES, 2019).

2.2.1 Histórico China – África

Com início do período de governo Mao, no qual houve a constituição do PCC e denominação da República Popular da China em 1949, a ideologia era algo importante nas relações internacionais da China (MENDES, 2008). O que veio a ser modificado a partir da década de 1980, que mudou as diretrizes da política externa chinesa, tornando-a menos ideológica e personalizada, para algo mais institucionalizado e pragmático.

Durante esse primeiro período, nos anos de 1950, a China aproximou-se do continente africano, demonstrando solidariedade anticolonialista e anti-imperialista, e passou a apoiar as lutas por independência dos países africanos, atraindo-os aos ideais comunistas e difundir sua influência (MENEZES, 2013).

Na década posterior, a China continuou a aproximação com a África, novamente utilizando e aprofundando a questão da independência dos países ocidentais. E, durante a revolução cultural da China, o país forneceu um grande volume de ajuda aos países do continente africano. Através de parcerias e investimentos, os chineses queriam representar não apenas construções físicas, mas também símbolos que representassem o nacionalismo e independência que foram incorporados pelo espírito de descolonização cultural (ANSHAN, 2007).

A década de 1970 é o período com maior formação de relações diplomáticas China-África, no qual iniciaram-se 22¹³ relações deste tipo entre as partes. O que fez a República Popular da China ocupar lugar na ONU, que até então era pertencente a República da China (Taiwan). A votação para a entrada da RPC teve participação crucial dos países africanos (ALVES, 2019). Também ao fim dos anos de 1970 houve o período de abertura comercial que

¹³ Neste período a China iniciou a relação diplomática com: Etiópia, Guiné Equatorial e Mali (1970), Burundi, Camarões, Nigéria Ruanda e Serra Leoa (1971), Benin, Gana, Madagascar, Maurício, R.D. do Congo e Togo (1972), Gabão (1974), Botsuana, Comores e Moçambique (1975), Cabo Verde e Seychelles (1976), Líbia (1978) e Djibuti (1979) (MONTENEGRO; ALVES, 2016).

foi caracterizado por uma transição do caráter ideológico para uma aproximação mais pragmática e diversificada com o continente africano (ANSHAN, 2007).

Durante os anos de 1980, a atuação da China num âmbito internacional deixou de lado aquele o discurso anterior do governo de ocidente X oriente e deu espaço ao viés diferente do socialismo atual desejado pela própria abertura de Xiaoping, porém, de forma mais comedida, pois sua entrada em outros países não tinha a mesma força e tendência capitalista/imperialista que outros países. Essa abertura se deu por causa do ingresso da China no Banco Mundial (BM) e no Fundo Monetário Internacional (FMI). A estratégia utilizada neste período buscava o enraizamento do desenvolvimento doméstico chinês, e, a busca de uma política externa pacífica e independente, o que gerou um afastamento entre China-África (ANSHAN, 2007).

Porém, houve um resgate da cooperação da China com o continente africano após o caso de Tiananmen, que gerou o afastamento dos países do Ocidente, fazendo com que a China buscasse essa reaproximação. Esse novo movimento de ampliação da diplomacia chinesa, indicou as tentativas do governo em dar um novo rumo na diplomacia com frentes políticas e econômicas além da sua esfera regional de atuação (MENEZES, 2013).

Com o crescimento da industrialização nos anos 90, houve o fim da autossuficiência petrolífera da China, que buscou nas relações sino-africanas esse déficit, aumentando ainda mais a busca de cooperação. Buscando resgatar a retórica dos anos 70, a China atuou em apoio à África no que diz respeito a salvaguarda da soberania e independência de seus países, respeito a diferentes sistemas políticos, apoio e à união e a cooperação africanas. Essa atuação buscava garantir os recursos naturais, mercados consumidores e a consolidação de posição de líder entre os países em desenvolvimento (MENEZES, 2013; TAYLOR, 2006).

Diante de toda essa formação de cooperação e com o resultado da diplomacia chinesa, foi criado um Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que se transformou no principal mecanismo de interlocução e atuação da diplomacia chinesa com o continente africano.

2.3 FOCAC

O FOCAC foi constituído em 2000, e, isso o transformou num marco do processo de institucionalização e fortalecimento das relações da China com o continente africano. Com quase todos os países africanos fazendo parte deste Fórum, transformou o FOCAC, na principal plataforma de diálogo China-África a partir da construção de uma identidade comum, além do resgate dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (MONTENEGRO;

ALVES, 2016). Este órgão foi transformado numa plataforma multilateral que facilita o relacionamento bilateral entre RPC com os países africanos. E, também assumiu o papel político de reforço dos países africanos junto as organizações internacionais multilaterais, como a ONU (VADELL, LOPES et NASCIMENTO, 2013).

Durante a primeira conferência realizada em 2000, em Beijing, os países tinham como objetivo inicial a construção de uma forma para o desenvolvimento de uma nova parceria de longo prazo que fosse marcada pela igualdade e benefícios mútuos entre China e os países do continente africano (ALVES, 2019). Diversos acordos e investimentos foram firmados durante este primeiro encontro, como por exemplo a criação e fundos especiais para *joint ventures*, perdão de dívidas que somavam 10 bilhões de *yuan*s (MONTENEGRO et ALVES, 2016). No âmbito diplomático, foi abordado a reforma do conselho de segurança da ONU, que reivindicava “o reconhecimento do lugar legítimo devido à África no Conselho de Segurança e nas organizações e agências especializadas do sistema das Nações Unidas” (FOCAC, 2000c).

Em 2003, ocorreu a segunda Conferência Ministerial, em Adis Abeba, na Etiópia, os objetivos estavam em propor uma maior democratização das relações internacionais. Com isso, foi criado de que cada encontro deveria ser emitido um plano de ação que determina a orientação e avanço das relações sino-africanas. O plano de ação gerado nesta conferência foi o cancelamento de dívidas de 31 países africanos, que girou em torno de US\$ 1,27 bilhão, no campo político/diplomático a China voltou a afirmar o seu compromisso com os países africanos caso conseguisse o apoio dos mesmos referente ao assento permanente no Conselho e Segurança da ONU e em outras organizações (FOCAC, 2003d).

Em 2006, foi realizada a terceira conferência, em Pequim, e, ganhou uma enorme relevância das relações sino-africanas; este ano marcou os 50 anos do estabelecimento das primeiras relações diplomáticas da China com um país da África (Egito, 1956). Em janeiro deste ano foi lançado o documento *China's Policy to Africa*, que especificou a estratégia de relacionamento de longo prazo da China com o continente africano (MENEZES, 2013). O plano de ação lançado neste encontro foi de aprofundamento das relações sino-africanas principalmente nos campos políticos e econômicos, o qual colocou a meta de comércio bilateral em US\$ 100 bilhões até 2010; houve também a concessão de empréstimo de US\$ 3 bilhões aos países africanos; a criação do Fundo de Desenvolvimento Sino-Africano com o subsídio de US\$ 5 bilhões, encorajando o investimento de empresas chinesas no continente africano; também houve novamente cancelamento de dívidas relacionadas a empréstimos aos

países pobres; entre outras iniciativas (FOCAC, 2006a; GRIMM, 2012).

Em 2009 foi realizado a 4^o conferência do FOCAC, a mesma foi conduzida no contexto da crise financeira internacional, e, sua agenda foi em busca de amenizar os efeitos da crise nos países em desenvolvimento. Seu plano de ação procurou aumentar algumas das principais iniciativas que eram tomadas no âmbito da FOCAC, como aumento de US\$ 3 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento, aumento de US\$ 10 bilhões em empréstimos para desenvolvimento de projetos em infraestrutura, a isenção tarifária de 95% para exportações provenientes dos países menos desenvolvidos da África, entre outros aspectos (FOCAC, 2009a; ALVES, 2019).

A V conferência, realizada em 2012, teve em sua primeira vez a participação oficial do Sudão do Sul, que foi criado em 2011, e a Comissão da União Africana. Este encontro foi direcionado na revisão do desenvolvimento das relações e, tinha a meta de avaliar a implementação das ações da conferência anterior (VADELL, LOPES et NASCIMENTO, 2013). Além disto houve também a expansão dos fundos de investimento sino-africanos e a RPC deu continuidade ao apoio do desenvolvimento de zonas de cooperação econômicas tanto na China quanto na África, buscando facilitar a entrada de empresas chinesas e africanas nas zonas (FOCAC, 2012b).

A conferência de 2015, em Johannesburgo, foi influenciado pelos rumores da desaceleração da economia chinesa, que apontava uma transição do crescimento da China que estava em um ritmo mais lento, além da determinação da taxa de câmbio do yuan, na tentativa de tornar a moeda mais confiável como reserva internacional (MEDEIROS, 2010; RODRIK 2011). Durante este encontro, o plano de ação apresentou um pacote de apoio financeiro de US\$ 60 bilhões divididos em empréstimos preferencias e linhas de crédito para exportação, subsídios e empréstimos voltados para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas africanas (ALVES, 2019).

Em 2018, em Pequim, foi realizado a conferência VII com o tema de “China e África: Rumo a uma comunidade ainda mais forte e com um futuro compartilhado através da cooperação vantajosa” (FOCAC, 2018a). Teve participação de 53 dos 54 países africanos, com isso, o presidente chinês Xi Jinping exaltou este relacionamento que visa o futuro compartilhado entre as nações de forma responsável que visa a cooperação, harmonia e segurança (Ibidem). O plano de ação buscou o aprimoramento das relações dos países com a conectividade de infraestrutura, desenvolvimento ambiental, desenvolvimento de capacidades, serviços de saúde, facilitação do comércio, etc. (ALVES, 2019).

Com isso, é perceptível que o FOCAC se consolidou como principal canal institucional do relacionamento sino-africano (MENEZES, 2013). O Fórum gera maior visibilidade e potencializa a força política da cooperação. Este fórum evidencia também a capacidade de convocação da China, pois a coloca como principal ator de cooperações bilaterais com todos os países membros (Ibidem).

Com o entendimento do período de formação da base da política externa chinesa, que sofreu influência do período Mao Zedong e do período Deng Xiaoping, os quais formaram a política de “Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” e o segundo princípio como “O Desenvolvimento Pacífico”, podemos entender a forma de atuação da RPC na atualidade. Também com essa análise foi possível verificar a forma de atuação da China no continente africano, mesmo nos períodos de distanciamento e aproximação e, como foi sua institucionalização com a FOCAC. Portanto, feita esta análise, é possível decorrer quais eram os interesses tanto da RPC e do Brasil com a região do atlântico sul e do continente africano, durante o período entre 2003-2010.

3. Brasil e China: Disputa de Interesses na África

Com a análise de formação histórica da política externa brasileira e chinesa, também o histórico de cooperação de ambos os países com o continente africano, é possível realizar a discussão de quem teve um melhor desempenho em cooperação, tanto no âmbito político, econômico e de segurança. Portanto, é necessário analisar os três pontos de interesse e distribuir dados para a análise de desempenho de ambos na região do Atlântico Sul, durante o período de 2003-2010. Também é necessário apontar como a Cooperação Sul-Sul foi importante para os países para realizarem negócios e atrair os interesses dos países africanos.

3.1 A Cooperação Sul-Sul

Os países cooperam para satisfazer as necessidades ou realizar ações que, teoricamente, em ajuda aos outros, estariam ajudando a eles mesmos, ou seja, estariam desenvolvendo ações coordenadas para problemas comuns, aos quais não possuem resposta ou capacidade individual para solucioná-los (MACIEL, 2009). A Cooperação Sul-Sul (CSS), aparece da emergência de perspectivas vindas do Sul, tanto de um plano político internacional, quanto de ambientes acadêmicos, trazendo uma nova proposta de ordem internacional, mais multipolar, diversificada e equilibrada (CAIXETA, 2015).

Essas novas alternativas surgem na desconfiguração do *status quo* da cooperação internacional para o desenvolvimento, e, como um círculo virtuoso, a sintonia desses fenômenos podem materializar-se em novas teorias e metodologias, que, são reformuladas a partir do campo das Relações Internacionais, servindo de instrumentos de análise, de um campo acadêmico passando para a tomada de decisão no campo prático. E, para isso, a CSS requer novos instrumentos para sua consolidação como nova forma de os atores cooperarem para promoção do desenvolvimento humano global (CAIXETA, 2015).

É proposto por Costa e Fernandes (2013) a análise do contexto de transformações na cooperação internacional, impondo desafios tanto no plano empírico quanto teórico, com destaque a Cooperação Sul-Sul. Para os estudos de cooperação internacional é necessário acrescentar à perspectiva internacional a perspectiva sociológica com abordagens compreensivistas e que leva em conta a influência da cultura local nas parcerias (CAIXETA, 2015).

Este tipo de cooperação prevalecente entre os países periféricos ganhou grande

destaque na Conferência de Monterrey de Financiamento do Desenvolvimento em 2002, que coincide com o fato de que os países de renda média foram perdendo espaço na posição de receptores de ajuda oficial ao desenvolvimento (AYLLÓN, 2014). Desde então, a Cooperação Sul-Sul é fortalecida gradualmente e está presente nas reuniões internacionais sobre desenvolvimento, baseada em princípios ligados a horizontalidade, à solidariedade, a atuação com base na demanda dos países parceiros e à não condicionalidade, à compromissos históricos e morais de assistência ao desenvolvimento dos povos do Sul (CAIXETA, 2015).

No que diz respeito ao Brasil, o país tem como plano geral de sua agenda externa, um consenso de que o Brasil deve ter um papel significativo no cenário internacional, o que o faz buscar uma “liderança natural” entre seus vizinhos (LIMA, 2005). Essa aspiração é buscada através da presença de fóruns multilaterais, desde a época da Liga das Nações e que continuou com a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, o Brasil se apresentou como mediador entre grandes e pequenas economias, posicionando-se na defesa dos direitos as potências menores (MARTINS, 2019).

Com esse tipo de cooperação o Brasil buscou ampliar seu poder de influência e diminuir a dependência em relação a outros países do Norte global. Um exemplo disto é a presença do país no continente africano, que, principalmente durante o governo Lula, foi visto um grande investimento brasileiro para manter relações de Cooperação Sul-Sul, reforçando o movimento em prol do estabelecimento de parcerias com economias emergentes, ou em desenvolvimento, de forma que se apoiassem mutuamente em busca de vantagens diante das grandes potências (MARTINS, 2019).

3.2 Interesses Econômicos

Após o entendimento do tipo de cooperação utilizado tanto por China quanto pelo Brasil, é necessário repassar as áreas de interesse que servem de comparação da atuação brasileira e chinesa no continente africano. Com isso, o primeiro item analisado será o econômico, que, em partes, é uma das principais formas de análise para a comparação da atuação de países em outros.

3.2.1 Interesses Econômicos China – África

Em busca de diversificar e consolidar sua legitimidade através de sua prioridade no

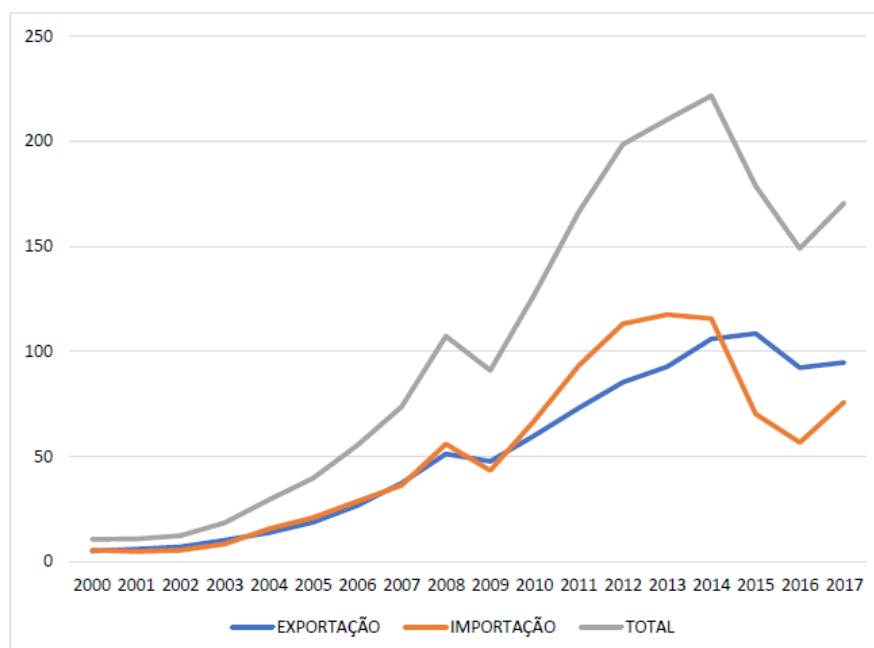
desenvolvimento econômico a China tem influência forte no continente africano. O que gerou a busca por recursos naturais e energia, assim como a conquista de novos mercados para os produtos industrializados chineses (MEDEIROS, 2010).

A implementação da política econômica “*Going Out*”, que também é conhecida como a política “*Going Global*”, foi uma estratégia da China nos anos 2000 que incentivou suas empresas a investir no exterior, tornou a África a sua principal escolha para a consolidação desta política. Importantes fatores foram devidos ao fato da África ter ricas reservas de energia, minérios e matérias-primas que atendiam a demanda chinesa para impulsionar o crescimento econômico interno (ALVES, 2019).

E, como a China já havia construído uma boa relação com a África, desde a Conferência de Bandung, tornou a África um parceiro amigável e desejável em comparação com os estados desafiadores (SUN, 2014). Essa aproximação, gerou diversas oportunidades de crescimento para empresas chinesas, através de apoio governamental, também, essas empresas chinesas conseguem produzir produtos com preços relativamente baixos, o que cabe na demanda dos países e mercados africanos menos desenvolvidos (Ibidem).

Conforme é apresentado no gráfico abaixo, durante o período de 2000 – 2014, o volume total de comércio China-África ultrapassou os US\$ 221 bilhões, o que é equivalente a um crescimento de 2090% num período de uma década, no qual US\$ 106 bilhões são provenientes de exportações chinesas e US\$ 115 bilhões de importações chinesas.

Gráfico 1. Balança Comercial China-África 2000-2017



Fonte: National Bureau of Statistics of China, vários anos.

Na comparação com outras regiões, essa troca comercial ainda é pequena, já que o percentual fica em torno de 4%, o que indica a ideia que a China não busca apenas a cooperação com o continente africano em busca de vantagens econômicas, mas sim de outras áreas de interesse.

Ao observar a balança comercial, é perceptível a característica do que a China exporta para os países africanos e o que é importado, há uma concentração de importação dos países africanos de maquinaria e de bens manufaturados (CHEN; NODRD, 2017). No que se refere ao que é importado da China, há uma concentração em *commodities*. É perceptível que com a implementação da FOCAC, houve um crescimento do comércio entre os envolvidos, o que fez passar de um valor de US\$ 10,6 bilhões em 2000 para US\$ 39,75 bilhões em 2005, chegando a US\$ 126,9 bilhões em 2010 (CAITEC, 2010).

Com a demanda de recursos naturais, um aspecto é bastante importante para as trocas comerciais entre China-África, o petróleo. Ele representa cerca de 30% do que é importado da África pela China, já que o continente é o segundo exportador mais importante para o país, perdendo apenas para o Oriente Médio (KENNEDY, 2010). E, pela grande necessidade da obtenção de petróleo, a China disponibilizou um grande número de divisas, além do investimento em *joint ventures*, com os governos locais (JIANG, 2008).

Com isso, é possível estabelecer que a China busca por meio da cooperação de comercial os seguintes pontos: (i) acesso direto aos mercados, o que permite aos investidores a dispensa de agentes intermediários, afim de aumentar seus ganhos, (ii) acesso a recursos naturais, afim de aumentar o crescimento da indústria chinesa, (iii) a reutilização de indústrias e instalações ociosas, afim de ganho máximo de eficiência, (iv) acesso a mercados locais, buscando atender a demandas locais e, (v) contorno de políticas de limitação de exportações chinesas (ALVES, 2019).

3.2.2 Interesses Econômicos Brasil – África

Durante o período do governo Lula, o comércio entre Brasil-África, saiu de US\$ 6 bilhões em 2003 para US\$ 15 bilhões em 2006. Nos quais os países de Angola, África do Sul e Nigéria representaram 48% das exportações para o continente africano. Durante este mesmo período, em Angola, houve uma aproximação de empresas brasileiras presentes no mesmo, que gerou a representação de 10% do PIB (cerca de US\$ 60 bilhões) (VARGEM, 2008).

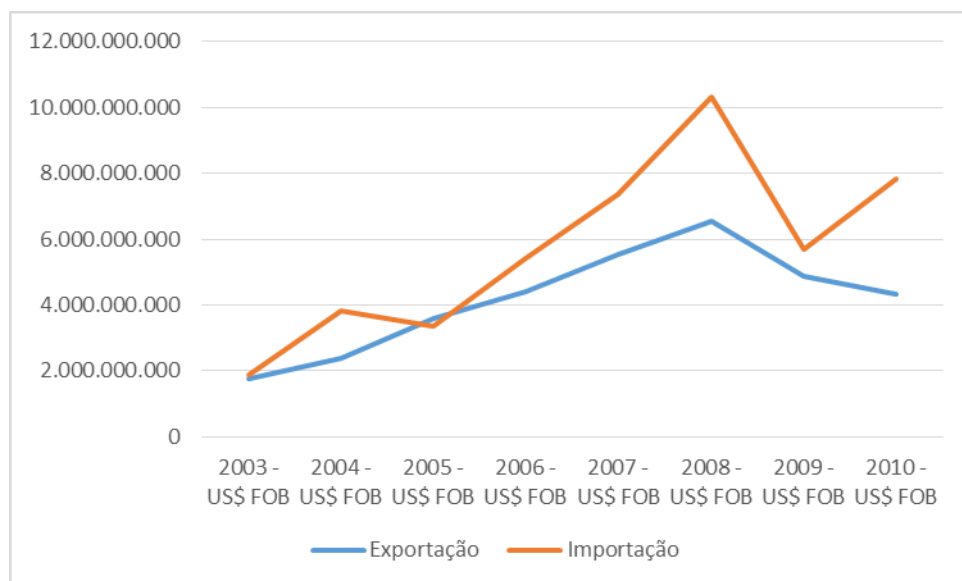
Os produtos comercializados têm uma grande diversificação a depender do país

indicado, pois, parte das importações da África incluem petróleo, minérios e produtos de origem vegetal e animal, ao mesmo tempo que as exportações para a África eram baseadas em açúcar (e variados), carnes e bens manufaturados (LECHINI, 2008).

Entre 2003-2008, houve um crescimento acentuado da relação entre Brasil-África, compreendido também com o aumento das importações de petróleo, aumentando esta atividade, o que também teve influência com o “boom” dos preços das *commodities*. Esse pico também é relacionado com a importação de petróleo da Líbia, e aprofundamento na Nigéria e Angola (RIZZI et al, 2011).

Com análise do gráfico abaixo, é possível analisar a relação da balança comercial do Brasil com a região do Atlântico Sul¹⁴, durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula, houve uma linha tênue entre a negociação comercial do país com o continente africano, porém, durante a crise de 2008, foi quando o país obteve maior concentração de negociação do país com a região a fim de buscar novos mercados e aprofundar de maneira mais assertiva a Cooperação Sul-Sul.

Gráfico 2. Balança Comercial Brasil-Atlântico Sul (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria através de dados obtidos em: <http://comexstat.mdic.gov.br/en/geral>. Acesso em 29 de novembro de 2019.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações (APEX), teve papel fundamental na promoção das exportações para o continente. A APEX contribuiu para o crescimento das atividades das empresas de médio porte na África, através de compartilhamento de estudos de

¹⁴ Refere-se a Atlântico Sul os países constituintes da ZOPACAS, conforme abordado no capítulo 1.

inteligência e da realização de contatos com empresários africanos (RIZZI et al, 2011).

Sobre os investimentos, os mesmos não são tão volumosos como de outros países na região (como Índia, União Europeia e China), e, não constituem uma prioridade devido à baixa capacidade financeira brasileira, que, mesmo em seus períodos de crescimento econômico, a capacidade de investimento, mesmo interna, é de baixa quantidade, o que o impede de utilizar a estratégia de soft power na região, e, seus fluxos de investimentos são conduzidos basicamente por interesses mercadológicos das empresas privadas ou capital misto (RIZZI et al, 2011).

3.3 Interesses Políticos

Com o modo de Cooperação Sul-Sul, as políticas de ambos os países se juntaram de forma mais concisa no continente africano. No período de governo do ex-presidente Lula, houve uma mudança de importância que os países africanos teriam, e, no lado chinês, a RPC tentou influir a maneira que é formado seu socialismo único, de maneira em não interferir em questões internas, mas disseminando sua ideia política. Portanto, é necessário entender as estratégias utilizadas pelos dois países no período de 2003-2010 e sua formação.

3.3.1 Interesses Políticos China – África

Desde a formação da RPC, os interesses políticos do país no continente africano tomaram uma parte importante da presença chinesa na região. Desde o início de sua conversa, na década de 1950, a China reconheceu as nações recém independentes, o qual poderia se juntar a esses novos atores em grupos multilaterais (ALVES, 2019). De acordo com Sun (2014), a China viu um local comum e demonstrou empatia pois os mesmos colocavam-se na situação de que eram vítimas da colonização pelos capitalistas e imperialistas, e, que enfrentaram os mesmos desafios de libertação após a Segunda Guerra Mundial.

Em meados da década de 1980, a China já tinha laços diplomáticos com 44 países no continente africano. Esse reconhecimento de nações e estabelecimento de relações diplomáticas, fortaleceram a legitimidade política do regime comunista (SUN, 2014). A China com esses reconhecimento e aproximação a China conta com o suporte diplomático e na cooperação dos países africanos em questões chaves no âmbito internacional em fóruns multilaterais, uma prova disto foi em 1972, quando os países africanos, que representaram 1/3

dos votos, aprovou a entrada da RPC no lugar de Taiwan no sistema das Nações Unidas (ALVES, 2019).

Outro exemplo de aproximação foi após o episódio de Tiananmen, que gerou um afastamento dos países ocidentais, gerando um isolamento internacional, os países africanos intensificaram e ofereceram a China uma alternativa a esse isolamento, quando convidaram o Ministro de Negócios Estrangeiros a visitá-los, e, com o reconhecimento disto, a China retribuiu a África que todos os Ministros das Relações Exteriores, em todos os novos anos, teriam como primeiro destino de viagens o continente africano (SUN, 2014).

Apesar de haver um domínio da perspectiva econômica da China com a África, é perceptível que a China usa essa rede diplomática para influenciar resultados na política internacional, através de alinhamento de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (STRUVER, 2016). Durante a primeira década do Século XXI, os estados moveram-se em alinhamento com a China em resoluções de áreas como normas de soberania, direitos humanos, ordem internacional, democracia e não interferência, em várias reuniões da AGNU (BRAZYS; DUKALSKIS, 2017).

Da mesma forma, a China retribuiu esse apoio ao votar ou vetar proposições que ferem o princípio de não-ingerência nos assuntos internos de um país, que é um dos princípios da política externa chinesa desde a Conferência de Bandung. Um exemplo disto é que em 2007, a China bloqueou as sanções contra o Sudão na ONU e forçou o Conselho de Segurança a adotar uma abordagem moderada (MARTINEZ, 2015).

3.3.2 Interesses Políticos Brasil – África

A política externa brasileira, em sua maior parte do século XX, foi marcada pela autonomia do Ministério de Relações Exteriores, porém, houve mudanças a partir da década de 1990, que foi associado ao processo de presidencialização, que conferiu personalidade e direção aos presidentes na formulação e execução da política externa do Brasil na maioria dos governos Pós-Guerra Fria (ALVES, 2019). Entre 1990 e 2002, houve um distanciamento do Brasil com o continente africano, pois, devido a conjuntura econômica, com a crise da dívida externa, e com a crença da inutilização do modelo de substituição de importações, a PEB buscou o caminho para o desenvolvimento através do alinhamento com os países do Norte do sistema internacional (CAIXETA, 2015).

Com a eleição do ex-presidente Lula, em 2002, houve uma mudança de visão, que

buscou uma nova perspectiva multilateral. Em busca de uma nova inserção internacional, o mesmo, em seu discurso de posse, indicou a importância que o continente africano tem e que a região seria uma localidade que haveria uma aproximação que não era aproveitada em período anterior, o mesmo falou:

Reafirmamos os laços que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades, visamos não só explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea (SILVA, 2003).

Conforme indicado em seu discurso de posse, o continente africano recebeu um alto grau de relevância. O Itamaraty ressaltou a ligação histórica, devido a sua conexão pelo Atlântico e passado do Brasil com a África, e, isso foi somado à uma ampla agenda comum no cenário internacional para a composição de um discurso de aproximação com o continente vizinho (CAIXETA, 2015).

Com isso, o mandato do ex-presidente Lula pode ser caracterizado em um período de busca pelo desenvolvimento através da autonomia, em que o Brasil buscou construir relações com países em desenvolvimento e emergentes (MARTINS, 2019). E, em seu primeiro mandato, o presidente visitou quinze países africanos, sendo eles: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botswana, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Tomé e Príncipe, esse número aumentou para 23 países ao fim do primeiro mandato (Ibidem).

Com a estratégia da inserção internacional através da diversificação, o Brasil abriu diversas embaixadas e postos no exterior, que, somente na África, este número aumentou de 18 para 30 unidades diplomáticas, junto a dois consulados gerais (VARGEM, 2008). Durante este período, foram assinados 238 acordos de cooperação técnicas com os países africanos, que também representou a ampliação do número de parceiros, saindo de apenas 23 para 90 (MARTINS, 2019).

O Brasil também, a exemplo da China, perdoou algumas dívidas dos países africanos, que chegaram a ultrapassar a marca de US\$ 1 bilhão, de acordo com relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, destacando os valores para Nigéria e Moçambique, no qual foi abatido 67% e 95% de suas dívidas respectivamente (VARGEM, 2008).

Com relação a CPLP, é possível destacar acordos bilaterais, como centros de ensino técnico brasileiro em Timor e Angola, o envio de urnas eletrônicas para eleições de Guiné-Bissau e a instalação de uma fábrica de medicamentos retrovirais em Moçambique

(MARTINS, 2019).

Então, foi notado que a instrumentalização dos laços brasileiros com a África é uma característica que permeou não apenas a PEB, mas também aspectos de política interna de revalorização dos vínculos, afim de reparar o papel destinado aos descendentes africanos do período da escravidão (CAIXETA, 2015).

3.4 Interesses de Segurança

Mesmo não sendo um ponto de principal atenção para os governos do Brasil e China, a área de Segurança é um aspecto importante para ser analisado em comparação da atuação dos dois países na região, tanto na questão de institucionalização e de cooperação, baseando apenas na manutenção de *status quo* de ambos os países.

3.4.1 Interesses de Segurança China – África

O enfoque do relacionamento de segurança entre China e África é tido como estratégia de manutenção do *status quo*, a fim de garantir estabilidade nos países africanos que fornecem energia e matérias-primas aos chineses. Que, apesar de receber atenção da RPC, em maior parte de planos econômicos, não significa que existe uma ausência e cooperação militar da China com os países africanos (MENEZES, 2013).

Esse maior número de negociação de interesses econômicos e políticos, aumentou o desafio no que diz respeito à segurança para a China, já que há uma ameaça para os investimentos e cidadãos chineses devido as instabilidades políticas e atividades criminosas em alguns países da região (SUN, 2014). Entre os mais frequentes tipos de ameaças à segurança dos chineses são: (i) ataques de tipo roubo e sequestro, (ii) ataques motivados politicamente a retaliação a cooperação dos países africanos com a China, (iii) embarcações chinesas atacadas por piratas (principalmente na área da Somália) e, (iv) ataques a projetos chineses devido a disputas de trabalho e atividades ilegais de empresas chinesas (Ibidem).

No que diz respeito a questão de ameaça a instabilidade política e mudanças de regimes na África, são mais sérias tanto aos investimentos como aos cidadãos chineses. Um exemplo disto foi o golpe militar na Libéria, em 2003, que fez com que a China evacuasse 36 funcionários de forma emergencial de sua embaixada (SUN, 2014). Com isso, a China trouxe em seu livro de instruções *China's Policy to Africa*, de 2006, que o país promove

intercâmbios militares e fornece ajuda a países africanos com treinamento de seu pessoal e através de apoio a construção de forças de defesa visando a segurança dos países (MENEZES, 2013).

Para a solução de alguns problemas de segurança, a China demonstrou um interesse crescente em soluções bilaterais, principalmente pelo fortalecimento da cooperação com a União Africana (UA), e os outros países sobre questão de segurança e paz (SUN, 2014). Esse fortalecimento de cooperação foi através do compromisso chinês em fornecer apoio financeiro ao exército permanente da UA e no treinamento de oficiais de segurança e forças de paz (MENEZES, 2013).

Um último aspecto importante da área de segurança, é a atuação da China em operações de paz¹⁵ no continente africano, que sofreu um processo de ampliação, ao mesmo tempo que houve um aprofundamento das relações econômico-político e com a projeção do país no cenário internacional como potência afim de prestar assistência na superação de conflitos e crises internas (MENEZES, 2013).

3.4.2 Interesses de Segurança Brasil – África

Para a área de defesa e segurança, o Brasil tem um grande aliado e forma de institucionalização, a ZOPACAS, que serve como uma forma de garantir a segurança na região do Atlântico Sul, de forma que há uma cooperação entre o país com os países africanos. De forma objetiva, a ZOPACAS tem objetivo de evitar a presença de potências extra regionais e de armas de destruição em massa no espaço do Atlântico Sul (GUIMARÃES, 2015).

Essa forma de cooperação ajudou ao Brasil a consolidar o desenvolvimento do Brasil, que faziam parte do projeto nacional brasileiro. Também foi forçado e aprofundado os laços com os países africanos, o que dinamizou a indústria naval brasileira, em uma das maiores do mundo. A preocupação com os direitos marítimos do Atlântico Sul aumentou devido a descoberta de reservas de petróleo no Pré-Sal, o que gerou novas políticas de pesquisa de defesa da região (GUIMARÃES, 2015).

Também houve o reestabelecimento de acordos de cooperação com alguns países africanos, a criação do Centro de Formação de Forças de Segurança na Guiné-Bissau, doação

¹⁵ Para a China, a única forma de intervenção legítima de forma militar, em uma nação soberana, são aquelas baseadas em um mandato da ONU, com consentimento do governo local. Com isso, a China está entre os principais contribuidores de pessoal para as operações de paz da ONU, enviando apoio em batalhões de infantaria (MONTENEGRO, 2018).

de embarcações para as marinhas de São Tomé e Príncipe, Namíbia e Guiné-Bissau, criação do Corpo de Fuzileiros Navais na Namíbia, além da colaboração com a reformulação do setor de defesa e segurança da Guiné-Bissau (OLIVEIRA, 2015).

Com isso, é importante a análise feita pelos três campos adotados, tanto econômico, quando político e de segurança, que são áreas capazes de serem feitas análises e comparações de nível a manter ideias e construir pensamentos sobre as atuações durante o período estudado.

Portanto, é possível analisar que, mesmo com um poder econômico menos desenvolvido com um de seus principais concorrentes no continente africano e, de mais especificidade, na região do Atlântico Sul, o Brasil foi capaz de atuar de forma eficaz na região. Mantendo sua forma de liderança, de âmbito regional e liderança entre os países em desenvolvimento, prospectando e galgando para ser um “*global player*” de peso em relação a outros países.

Considerações Finais

A formação da Política Externa Brasileira foi realizada durante diversos períodos e paradigmas, que culminaram na forma de atuação atual e descrita no texto. Tendo sua origem durante meados do século XIX, com o paradigma Liberal-Conservador, que era baseado em princípios e interesses europeus. Já durante os anos de 1930-1989 formou-se o paradigma conhecido como Estado Desenvolvimentista, no qual, o Brasil, e os países da América Latina, perceberam uma nova oportunidade para uma nova inserção mundial, no qual estava colocado o desenvolvimento e industrialização dos mesmos.

Após esse período, temos a implementação do paradigma do Estado Normal, que reposicionou, não apenas o Brasil, mas a América do Sul a uma aproximação com o norte global, o que abriu espaço para a subordinação e não mais um protagonismo buscado no paradigma anterior, havendo uma abertura do mercado financeiro e dos bancos, que garantiu livre fluxo de capitais especulativos. Mas, já durante o fim do governo de FHC e início do governo do ex-presidente Lula, houve a atuação do paradigma do Estado Logístico, paradigma esse que mesclava elementos do paradigma desenvolvimentista, o que lhe dava uma nova repaginada, adotando o elemento externo (liberalismo) com o interno (desenvolvimento brasileiro).

Com a atuação do Brasil no Atlântico Sul, durante o período de 2003-2010, durante o mandato do ex-presidente Lula, foi possível verificar a atuação do mesmo no Itamaraty, buscando novas ideias na dimensão da PEB, buscando uma variação da forma de cooperar com outros países, com isso, mantendo uma liderança regional.

Buscando a análise da historicidade da PEB, foi possível analisar a questão África no que diz respeito a condução das suas políticas. Essas mesmas estratégias, tiveram momentos de afastamento e aproximação com o continente africano, baseando-se muitas vezes em políticas internas e a prioridade que os governos atuais davam para o vizinho de oceano.

A Cooperação Sul-Sul (CSS), surgiu na emergência de perspectivas vindas do Sul, tanto de um plano político internacional, quanto de ambientes acadêmicos, trazendo uma nova proposta de ordem internacional, mais multipolar, diversificada e equilibrada.

Com esse tipo de cooperação o Brasil buscou ampliar seu poder de influência e diminuir a dependência em relação a outros países do Norte global. Um exemplo disto é a presença do país no continente africano, que, principalmente durante o governo Lula, foi visto um grande investimento brasileiro para manter relações de Cooperação Sul-Sul, reforçando o

movimento em prol do estabelecimento de parcerias com economias emergentes, ou em desenvolvimento, de forma que se apoiassem mutuamente em busca de vantagens diante das grandes potências.

A China, principal concorrente do Brasil no continente africano, teve um vasto investimento na forma de cooperação e instituições na região, um fato disto, é o Fórum de cooperação que a China mantém com boa parte dos países africanos, a FOCAC. E, mesmo com um poder econômico menos desenvolvido com um de seus principais concorrentes de cooperação no continente africano e, de mais especificidade, na região do Atlântico Sul, o Brasil foi capaz de atuar de forma eficaz na região.

Portanto, pode ser indicado que o Brasil buscou uma atuação de forma dinâmica e dentro de sua área de interesses, conseguiu realizar cooperações com os países africanos, demonstrando sua liderança na região sul do Atlântico.

Referências Bibliográficas

- ABDENUR, A; SOUZA NETO, D. O Brasil e a Cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Bras. Polít. Int.**, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004.
- ALVES, João Ricardo Cumarú Silva Alves. **As Novas Configurações da Diplomacia do Petróleo Sino-Africana: Os Casos de Angola e Nigéria**. Recife, 2019.
- ANSHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. **China Security**, v. 3, n.3 p. 69-93, 2007.
- AYLLÓN, B. P. América Latina na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In: SOUZA, A.M (org.) **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 175-202.
- CAIXETA, Marina Bolfarine. A cooperação Sul-Sul e as epistemologias do Sul: novos referenciais para a inovação de iniciativas e produção de conhecimento. **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 32, p. 4-18.
- CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.
- CHEN, Wenjie; NORD, Roger. A rebalancing act for China and Africa. **African Department Paper Series**. International Monetary Fund. 26 p., 2017.
- CHINESE ACADEMY OF INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC COOPERATION (CAITEC). **China-Africa Trade and Economic Relationship Annual Report 2010**. 2010.
- COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos avançados**, v. 8, n. 21, p. 21-42, 1994.
- COSTA, L.R & FERNANDES. **Dossiê Cooperação Internacional: uma breve discussão teórica**. Conjuntura Internacional. Dez., 2013. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/12/16/dossie-cooperacao-internacional-uma-breve-discussao-teorica/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2019.
- CRISTINA LUÍS, CAMILA. Atlântico Sul: perspectiva global ea busca pela autonomia regional. **World Tensions/Tensões Mundiais**, v. 12, n. 22, 2016.
- DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A (Geo) Política de defesa brasileira. **Revista de Geopolítica**, v. 1, n. 1, p. 46-59, 2016.
- DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. China: Perspectivas e Desafios. In: **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional-III CNPEPI “O Brasil no mundo que vem aí”**. p. 375, 2012.

FENG, Huiyun. **Chinese strategic culture and foreign policy decision-making: Confucianism, leadership and war**. Routledge, 2007.

FERREIRA, Wallace. Política externa do governo Lula: coalizões ao Sul como alternativa multilateral. **Revista Debates**, v. 3, n. 1, p. 100, 2009.

FOCAC. *Beijing Declaration: Toward an even stronger China-Africa Community with a shared future*. 2018a. Disponível em: <https://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/hyqk_1/t1594324.htm> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

FOCAC. *The Fifth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation: Beijing Action Plan (2013-2015)*. 2012b. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dwjbzjhys/hywj/t954620.htm>> Acesso em: 27 de novembro de 2019.

FOCAC. *Beijing Action Plan (2007-2009)*. 2006a. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dscbjzjhy/DOC32009/t280369.htm>> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

FOCAC. *Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012)*. 2009a. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm>> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

FOCAC. *Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation*. 2000c. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

FOCAC. *Addis Ababa Action Plan (2004-2006)*. 2003d. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dejbzjhy/DOC22009/t606801.htm>> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

GRIMM, Sven. The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) – Political rationale and functioning. *Centre for chinese studies*. Policy Briefing. Stellenbosch University, South Africa, May 2012.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática. **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA**, v. 1, 2015.

JIANG, Wenran. **Fuelling the Dragon: China's rise and its energy and resources extraction in Africa**. *The China Quartely*, vol. 199, p. 585-609. 2009.

JÚNIOR, M. C. C. **A presença da China na África e as ameaças ao Brasil**. In: Informativo de Comércio Exterior AEB, n. 108, ano XII, março de 2011. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/A%20PRESEN%20C3%87A%20DA%20CHINA%20NA%20AFRICA%20E%20AS%20AMEA%20C3%87AS%20AO%20BRASIL%201%29.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

JUNIOR, Marcio José Oliveira. As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a

inserção no século XXI. **Fronteira**: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 12, n. 24, p. 122-141, 2013.

KENNEDY, A. B. **China's petroleum predicament**: challenges and opportunities in Beijing's search for energy security. In: GOLLEY, Jane; SONG, Ligang. *Rising China: Global challenges and opportunities*. Australian National University and Social Sciences Academic Press, v. 8, p. 121-136, 2010.

KERR DE OLIVEIRA, Lucas; CEPIK, Marco A. C.; BRITES, Pedro V. P. O Pré-Sal e a segurança do Atlântico Sul: a defesa em camadas e o papel da integração sul. **SEBREEI**, 2013.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

LECHINI, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil?** A construção da política africana pelo Itamaraty. *Revista Nueva Sociedad*, outubro de 2008.

LEITE, C. R. O Atlântico Sul como um espaço econômico: recursos naturais e aproveitamento da Zona Econômica Exclusiva. In: ACIOLY, L. (Org.); MORAES, R. F. (Org.). **Prospectivas, estratégias e cenários globais**: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. P. 127–138. Brasília: IPEA, 2011.

LIMA, Marcos Costa. *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível em http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc.

LYRIO, Maurício Carvalho. **A Ascensão da China como Potência**: fundamentos políticos internos. Brasília, FUNAG, 250p., 2010.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto-e-Vírgula**: Revista de Ciências Sociais, n. 5, 2009.

MARTINEZ, Rayna. **Chinese Soft power, Africa, and the United Nations General Assembly**. University of Nevada, Los Angeles Theses, Dissertations, Professional Papers, and Capstones. 2490, 2015.

MARTINS, Nathália Burity Pereira. **As Relações Brasil-África nos governos Lula e Dilma**: a perda de influência brasileira na busca por tornar-se um global player. Recife, 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. *Observatório da economia global*. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), n. 3, Junho 2010.

MELLO, Eduardo Brigidi de. **A nova política externa independente**: o Governo Lula e a inserção externa brasileira no século 21. 2009.

MENDES, Carmem Amado. **Política Externa Chinesa**: um jogo em vários tabuleiros. *Revista de Estudos Chineses*, Vol. XXVII, pp. 231-42, 2008.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas**: Desenvolvimento e

implicações para o Brasil. Brasília, FUNAG, 353p, 2013.

MONTENEGRO, Renan; ALVES, João. China e África além da economia: qual o impacto do FOCAC na arena multilateral (1971-2014)? **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 13, p. 153-162, 2016.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Build a new international order on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence**. 2000a. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18016.htm>>. Acesso em: 14 novembro. 2019.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Da Indiferença ao Engajamento: a participação da China em operações de paz das Nações Unidas. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2018, p. 73-97.

OFFICE OF THE STATE COUNCIL. **China's Peaceful Development**. 2011. Disponível em: <http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm> Acesso em: 19 novembro 2019.

OLIVEIRA, G. Z. **Política Africana do Brasil: Mudança entre Lula e Dilma?** Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, vol. 6, n. 29. p.33-47. 2015.

PAGLIARINI, C.; FILIPPI, E.; GEIGER, L. The challenges for the consolidation of Brazil's strategic role in Africa in the twenty-first century. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 19, 25 abr. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 100-115, 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; BARBOSA, Luísa Calvete Portela. O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África. **Século XXI**, v. 3, n. 1, p. 59-77, 2012.

PERES, Hugo Freitas. O debate entre Neorrealismo e Neoliberalismo. **REVISTA INTERSABERES**, v. 4, n. 7, p. 69-88, 2012.

PENHA, Eli Alves. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. **CAPA-REVISTA DA EGN**, v. 18, n. 1, p. 113-134, 2015.

RIZZI, Kamilla Raquel et al. O Brasil na Africa (2003-2010): política, desenvolvimento e comércio. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 5, p. 61-81, 2011.

RODRIK, Dani. Dossiê China. Abrindo espaço para a China na economia mundial. *Novos Estudos*, Cebrap. 89, p. 59-68. Março 2011.

SHAMBAUGH, David; YAHUDA, Michael. **International Relations of Asia**. Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

STRUVER, George. What friends are made of bilateral linkages and domestic drivers of foreign policy alignment with China', **Foreign Policy Analysis**, 12:2 (2016), pp. 170-191.

SUN, Yun. Africa in China's foreign policy. **John L. Thornton China Center and Africa Growth Initiative**, 32p. 2014.

TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. **International Affairs**. p. 937-959, 2006.

VARGEM, A. A.. **A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula**. São Paulo, Ponto e Vírgula, 2008.

VADELL, Javier Alberto; LOPES, Bárbara Ferreira; NASCIMENTO, Daniele Cardoso do; FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, Vol.8, n. 2, jul-dez. pp. 81-99, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo" soft"? As Relações Brasil-África do Governo Lula. **Século XXI**, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2011.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A política africana do governo Lula. **Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/UFRGS. Rio Grande do Sul**, 2008.

VISENTINI, Paulo. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.** v. 19 s. 1. Curitiba Nov. 2011a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lang=pt>. Acesso em: 18 novembro. 2019.

VISENTINI, Paulo. **As Relações diplomáticas da Ásia**: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011b.

WANG, Jisi. Thoughts on the Grand Change of the World Politics and China's International strategy. **SHAO, Binhong. China and the World: Balance, Imbalance and Rebalance**. Boston: Brill, 2013.

WIESEBRON, Marianne L. Blue Amazon: thinking the defense of Brazilian maritime territory. **Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 101-124, 2013.